

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ALEXANDRA DE BORBA OPPERMANN

ANGOLA: PROJEÇÃO DE PODER E O IMPACTO NAS RELAÇÕES
INTERREGIONAIS (2002-2015)

Porto Alegre

2016

ALEXANDRA DE BORBA OPPERMANN

**ANGOLA: PROJEÇÃO DE PODER E O IMPACTO NAS RELAÇÕES
INTERREGIONAIS (2002-2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Porto Alegre

2016

ALEXANDRA DE BORBA OPPERMANN

**ANGOLA: PROJEÇÃO DE PODER E O IMPACTO NAS RELAÇÕES
INTERREGIONAIS (2002-2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.Dra. Analúcia Danilevicz Pereira - Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Fábio Costa Morosini

UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado do serviço público prestado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição cuja excelência acadêmica é reconhecida nacionalmente e à qual sou extremamente grata como aluna do curso de Relações Internacionais. Sinto-me na obrigação de agradecer também, como estudante de uma universidade pública, a todos os brasileiros e brasileiras que financiaram meus cinco anos de graduação.

Agradeço, igualmente, à professora Analúcia Danilevicz Pereira, por ter me orientado não apenas durante todo o processo de formulação e escrita deste trabalho, mas também por ter confiado em meu potencial ao longo dos dois anos em que atuei como sua bolsista de iniciação científica junto ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA). Com certeza, o caminho da graduação foi mais completo graças às oportunidades advindas desta parceria.

Deixo meu agradecimento a todos os outros professores e professoras do curso de Relações Internacionais, que tiveram papel decisivo na minha formação, assim como a todos os funcionários e funcionárias da Faculdade de Ciências Econômicas, minha segunda casa durante esses anos, que prestaram seus serviços e fizeram possível a caminhada de muitos estudantes rumo às suas diplomações.

Não posso deixar de agradecer aos meus colegas de curso, que em muito acrescentaram à minha história pessoal, desenvolvendo em mim, através de debates, questionamentos, conversas e projetos senso crítico e ganas por mudar o mundo em favor daqueles que mais necessitam. Nesse sentido, deixo meu total agradecimento ao papel desempenhado pelos projetos de extensão existentes em nosso curso: BIS, MUNDI e, com um lugar especial em meu coração, RIPE, que tive a felicidade de coordenar em 2015. As experiências acadêmicas, mas principalmente pessoais, que vieram como consequências de minha participação em todos eles foram determinantes para eu me tornar quem eu sou hoje, pois me transformaram em diversos sentidos.

Agradeço, especialmente, às minhas colegas e amigas de curso pelo aprendizado diário sobre a luta feminista: a força de vocês é inspiradora e me motiva todos os dias a batalhar por um mundo mais inclusivo e representativo para todas nós! Em particular, saliento a importância, carinho e admiração que tenho por todas aquelas que compõem as “manas da 9”,

ou seja, minhas colegas de turma, com quem compartilho minhas dúvidas, opiniões, histórias, risadas e sentimentos: obrigada por terem estado aqui durante todo esse tempo e por serem tão únicas e maravilhosas!

Agradeço a todos os meus amigos e amigas, que estiveram presentes em minha vida durante esse percurso: Ana, Camila, Eduardo, Jéssica, Jackson e Mariara, obrigada por estes dez anos de amizade, com todos os significados que essa palavra pode ter! Sem vocês eu já não sou; Jéssica, do período maçante do curso pré-vestibular nasceu a nossa sintonia! Obrigada por me acompanhar e me apoiar, mesmo que na correria do dia a dia, e por me provar tua lealdade e parceria sempre! Tu ocupa um espaço único no meu coração; Isa e Marília, agradeço imensamente a vocês por toda a ajuda, compreensão e conversas intermináveis, porém necessárias, sobre a vida e sobre pesquisas. Vocês têm toda a minha admiração; e minha querida turma 9, obrigada por todos os anos de companheirismo, de amadurecimento conjunto e de crescimento pessoal: vocês foram verdadeiros parceiros de caminhada! Em especial, agradeço à Daniela, um presente que o curso me deu, com quem aprendo diariamente, que me fortalece e me inspira ao ser uma mulher determinada, guerreira e da qual tenho muito orgulho!

Agradeço, com muito carinho, ao Tiago, por ser meu companheiro em tantos sentidos. Obrigada pela paciência, pelo apoio e pela ajuda ao longo deste trabalho e por sempre estar ao meu lado, independente da circunstância. Te ter como parceiro de vida tem sido maravilhoso!

Por fim, agradeço a toda a minha família, mas principalmente: às minhas duas avós, Teresa e Nelly, por terem sido e permanecido mulheres fortes, que muito batalharam para transformarem suas vidas e garantirem o futuro de seus filhos e filhas: vocês sempre serão uma fonte interminável de admiração para mim; aos meus dois irmãos de alma, meus primos, Liana e Roberto: obrigada por desempenharem esse papel na minha vida! Amo muito vocês; e aos meus pais, Roberto e Gelsa, por me proporcionarem a vida que tenho, por acreditarem em mim em absolutamente todos os momentos, por me apoiarem e me ensinarem, através de seu poder de transformação como professores, valores e ideais dos quais jamais me esquecerei! Vocês são meus melhores amigos, meus melhores parceiros, os primeiros modelos que eu quis seguir e grande parte de mim. Todo o amor que sinto por vocês transborda para além dessa folha de papel. Obrigada!

“Não fomos feitos para caber numa receita puritana e encomendada para domesticar e padronizar o mundo. O discurso do politicamente correto é um crime contra as nossas nações, contra a originalidade e a diversidade dos nossos povos”.

Mia Couto

RESUMO

Este trabalho busca investigar as capacidades de Angola como Potência Regional Africana em ascensão a partir de 2002 a fim de comprovar sua projeção e influência no seu entorno regional. Para tanto, analisa, em um primeiro momento, nos elementos teórico-conceituais das Relações Internacionais, alternativas para o conceito de Potência Regional, procurando flexibilizá-lo para diferentes realidades, como a africana. Além disso, estuda, na formação do Estado africano, as consequências imediatas e de longo prazo herdadas pelas imposições europeias características do período da colonização e que até hoje afetam os desenvolvimentos internos de cada país. Nesse ínterim, avalia as políticas interna e externa de Angola, enfatizando sua busca por estabilidade interna com vias a promover o desenvolvimento econômico do país, muito afetado pelos longos anos de dominação portuguesa e pela posterior guerra civil, findada em 2002. Ademais, investiga em suas capacidades físicas e militares os potenciais para que Angola se projete cada vez mais regional, continental e internacionalmente. Por fim, analisa os principais organismos regionais africanos que o país integra, a saber a Comunidade Econômica da África Austral (SADC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), entre outras organizações, com o objetivo de provar sua liderança e capacidade de influência, além de pontuar os desafios regionais que enfrenta atualmente.

Palavras-chave: Angola; Potência Regional; Desenvolvimento; Regionalismo; Projeção Regional.

ABSTRACT

This work seeks to investigate Angola's capacities as an emerging African Regional Power, since 2002, in order to prove its projection and influence in its regional environment. To do so, the work analyses, first, alternatives to the concept of Regional Power in the theoretic-conceptual elements of International Relations, intending to make it more flexible to different realities, as the African one. Besides, it studies the formation of African States and its immediately and long-term consequences, inherited by the European typical impositions during the colonization period and which, until nowadays, affect the intern developments of each country. In this aspect, the work also evaluates Angola's domestic and foreign policies, emphasizing its search for intern stability in order to promote the country's economic development, highly affected by the long period of Portuguese dominance and by the subsequent civil war, ended in 2002. Furthermore, it examines in the country's physical and military capacities Angola's potentialities to increasingly project itself regional, continental and internationally. To finish, this work also investigates the main African regional organisms that the country is part of, as the Southern African Development Community (SADC), the Economic Community of Central African States (ECCA) and the Gulf of Guinea Commission (GGC), beyond other organizations, aiming to prove its leadership and influence capacity, besides stressing Angola's actual regional challenges.

Key-Words: Angola; Regional Power; Development; Regionalism; Regional Projection.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 POTÊNCIA REGIONAL E POTÊNCIA REGIONAL AFRICANA: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL	12
2.1 O conceito de Potência Regional nas Relações Internacionais	12
2.2 A inclusão da África aos estudos das Relações Internacionais: o conceito de Potência Regional Africana.....	16
3 A EMERGÊNCIA DE ANGOLA COMO POTÊNCIA REGIONAL AFRICANA.....	24
3.1 Dados Gerais: Ênfase nas particularidades da localização de Angola.....	25
3.2 As Políticas Interna e Externa de Angola.....	28
3.2.1 Política Interna.....	28
3.2.2 Política Externa.....	31
3.3 Petróleo e outros recursos estratégico.....	37
3.3.1 Petróleo.....	37
3.3.2 Demais recursos.....	42
3.4 Capacidades militares de Angola.....	43
4 AS RELAÇÕES INTERREGIONAIS DE ANGOLA.....	50
4.1 Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).....	51
4.2 Comunidade Econômica dos Países da África Central (CEEAC).....	56
4.3 Comissão do Golfo da Guiné (GCC).....	59
4.4 Outras parcerias.....	64
5 CONCLUSÃO.....	69
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais o continente africano assume um papel relevante no Sistema Internacional. Isso se deve, em parte, ao chamado “Renascimento Africano”, que tem na criação da União Africana (UA) e na Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) o início de sua expressão e aprofundamento.

Como consequência dessa revalorização da África perante o restante do mundo, nota-se a ação preponderante de alguns Estados africanos, considerados Estado-chaves, que atuam regional e internacionalmente com grandes capacidades de influenciar as dinâmicas que os envolvem, alternando ou pesando no comportamento e nas estratégias de diversos outros países. Entre estes Estados com capacidades de projeção emergente está Angola, localizada na porção centro-sul do continente africano e que interage, dada sua localização estratégica e privilegiada, com distintas regiões, estabelecendo dinâmicas próprias e buscando seus interesses voltados para a paz e a estabilidade regional e continental.

No entanto, as designações atuais existentes para Estados de atuação regional significativa demandam quesitos nem sempre facilmente atendidos por países que têm em seu passado histórico o status de colônia. Isso porque a construção estatal destes países se deu de uma forma muito distinta daquela ditada pelos padrões europeus: além de possuir suas peculiaridades, também absorveram muitas das estruturas de suas metrópoles, transformando-se em estruturas singulares, com dificuldades e entraves, mas também com potencialidades interessantes. Por isso, faz-se necessário flexibilizar esses conceitos teóricos, adaptando-os a realidades distintas. Dessa ideia nasce a proposta de adaptar o conceito de Potência Regional para Potência Regional Africana.

Assim, neste trabalho, parte-se da hipótese de que Angola é uma Potência Regional Africana em ascensão e, como tal, tem sua projeção baseada nas suas capacidades disponíveis, na sua atuação e na influência que exerce nos organismos regionais de que faz parte, encarando, inclusive, a contraposição de outros Estados líderes regionais. A metodologia utilizada é de ordem qualitativa, ocorrendo por meio de extensa revisão teórico-conceitual e histórica. Além disso, houve coleta de dados relativos à expansão econômica angolana, bem como relacionados aos investimentos realizados pelo Estado em outros segmentos, como em suas Forças Armadas.

Busca-se analisar, portanto, quais são as capacidades atuais que Angola apresenta que podem ser usadas como indicadores para que o país seja considerado uma Potência Regional Africana em emergência. Em seguida, tenta-se compreender qual é o papel e a influência

exercidos por Angola nos espaços regionais que ocupa – especificamente em relação à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), à Comunidade Econômica de Estados da África Central (CEEAC) e à Comissão do Golfo da Guiné (CGG).

Esta abordagem sobre projeção e ascensão de Angola no continente africano se justifica não apenas pelo importante debate a respeito das relações interafricanas, mas também ao considerar-se a parceria histórica e estratégica entre este país e o Brasil. Nesse sentido, é possível afirmar que há interesse brasileiro no desenvolvimento econômico de Angola, que esta aprofunde sua liderança no continente africano e que se projete, cada vez mais, como um importante ator no Sistema Internacional.

Além disso, há de se ter em conta que as produções a respeito desta projeção atual e emergente de Angola são limitadas. Assim, percebe-se que, quando analisadas as Potências Regionais existentes na África, muitos dos estudos focam exclusivamente no caso da África do Sul, provavelmente por esta ter tido mais notoriedade externa no passado e integrar, atualmente, fóruns multilaterais internacionais relevantes, como o BRICS e o IBAS.

No entanto, prova-se de extrema relevância analisar casos à parte do sul-africano: isso é necessário quando observamos, por exemplo, o destacado desenvolvimento econômico de Angola a partir de 2002, que ultrapassa, inclusive nos anos de crise, os indicadores econômicos da África do Sul. Para completar, é importante ressaltar, também, o vultuoso investimento angolano em suas Forças Armadas, em alguns momentos superiores àqueles realizados pelo seu vizinho sul-africano. Podemos concluir, portanto, que, a despeito da importância histórica, econômica, política e social que a África do Sul exerce no continente africano, além de sua notável liderança regional (que inclusive concorre com Angola no âmbito da SADC), há de se admitir que outros Estados africanos, e não apenas Angola, precisam ter seus fenômenos políticos e econômicos – mas também sociais e culturais – analisados, a fim de estabelecerem-se parâmetros para comparações, previsões e intercâmbio de pesquisas.

Do ponto de vista prático, espera-se que este trabalho possa fomentar o debate a respeito das Potências Regionais Africanas contemporâneas, como se dão suas tentativas de projeção e papéis de liderança e quais são os desafios que enfrentam para consolidarem-se na ordem internacional vigente.

2 POTÊNCIA REGIONAL E POTÊNCIA REGIONAL AFRICANA: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL

O estudo das Relações Internacionais envolve a consideração recorrente de conceitos-chave para a sua compreensão, análise e aprofundamento. Partindo-se deste pressuposto, o presente capítulo buscará discutir as diferentes linhas teóricas existentes na disciplina voltadas à análise regional. Para tanto, procurará no conceito de Potência Regional bases que justifiquem o destaque e a projeção de determinados Estados nos entornos regionais de que fazem parte. Por fim, tentará propor a existência de possibilidades para além do conceito tradicional já consolidado de Potência Regional, adequando-o a diferentes realidades, como, por exemplo, a africana.

2.1 O conceito de Potência Regional nas Relações Internacionais

De acordo com Pegado (2014), quando analisada a origem etimológica da palavra “potência”, tem-se que sua derivação do latim *potens* significa “aquele que pode” (p.55). Ao longo dos séculos, e por variados incentivos, a palavra “potência” foi sendo aplicada a diferentes conjunturas, seja seguindo a lógica da geopolítica, com a redefinição estratégica de fronteiras – como ocorreu no Congresso de Viena, em 1815, e na Conferência de Berlim, em 1885 -, seja para designar conjuntos de países cuja centralidade em determinados conflitos foi notável – como os países que compuseram o Império Central, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1919) e aqueles que deram composição ao Eixo e aos Aliados, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Independentemente do contexto, o conceito de “potência” esteve sempre associado à ideia de “poder”, tanto no nível global quanto/ou no nível regional. Como consequência dessa relação, a concepção de Potência Regional nasce da combinação de dois contextos complementares, quais sejam: o geográfico, relacionado ao espaço de atuação de um Estado; e o de relações internacionais, que analisa a capacidade desse Estado de influenciar a dinâmica de seu entorno regional (PEGADO, 2014). Partindo-se deste pressuposto, diferentes linhas teóricas das Relações Internacionais buscaram contemporizar a noção de Potência Regional às suas análises acerca do funcionamento do sistema internacional.

Castellano (2012), ao estudar as dinâmicas regionais da África Austral, por exemplo, salienta a necessidade de se diferenciar uma Grande Potência de uma Potência Regional tendo como base a diferença de poder existente entre o país analisado e os outros Estados do nível

sistêmico que se está estudando, o regional ou o global: “Em suma, o que importa é a diferença entre o país que deseja ser uma potência e o resto” (p.22). Para ele, no entanto, surge outra questão a ser considerada: quais são os critérios a serem utilizados para determinar essa diferença de poder entre os Estados? De acordo com alguns estudiosos, há dois grupos de teóricos que respondem a esta pergunta de formas distintas: o primeiro grupo está mais ligado às correntes originadas das ideias propostas pelo chamado realismo tradicional e avalia, portanto, a diferença de poder entre os países tendo como base as capacidades materiais que os Estados possuem; o segundo grupo, por sua vez, investiga no comportamento dos países motivações para que sejam considerados ou não potências. Ao longo desta análise, serão listados e descritos teóricos dos dois grupos – e inclusive alguns que usam dos dois critérios (capacidades materiais e comportamento).

Robert Keohane (1969 *apud* SENNES, 2003) - autor associado à corrente neoliberal institucionalista - atesta que, durante a década de 60, em meio a movimentos como o dos Não-Alinhados e a industrialização crescente entre países em desenvolvimento, o interesse por explorar mais o campo de estudos relacionado aos Estados não-dominantes ou de relativa influência no sistema internacional floresceu. Como consequência, uma grande gama de conceitos foi criado com o objetivo de definir esse países que se distinguiam das Grandes Potências mundiais e, ao mesmo tempo, daqueles Estados de pouca ou ínfima capacidade de influência no sistema (SENNES, 2003). Como afirma Soares Lima:

As terminologias empregadas para descrevê-lo foram diversas: países de porte médio, grandes potências regionais, potências emergentes, potências regionais, países semi-periféricos, recém-industrializados, países intermediários, países em desenvolvimento mais desenvolvidos, etc (SOARES LIMA, 1986 *apud* SENNES, 2003, p. 17).

Assim, Keohane (1969), por exemplo, propõe uma divisão dos Estados em *system-determining states* (ou Grandes Potências), *system-influencing states* (ou Potências Secundárias), *system-affecting states* (ou Potências Médias) e *system-ineffectual states* (ou Potências Pequenas). Neste contexto, ressalta-se que o aspecto regional é abordado quando se analisam os *system-affecting states* ou Potências Médias, correspondentes àquelas potências que de forma individual não possuem capacidades suficientes para influenciar o sistema internacional e, por isso, buscam tal influência por meio de alianças e de ações coletivas – como grandes coalizões ou fóruns multilaterais - tanto no nível global quanto no nível regional.

Buzan e Waever (2003), autores do construtivismo, consideram fortemente os aspectos regionais em suas análises, dando ênfase, particularmente, para o que denominam Complexos Regionais de Segurança (CRS)¹. Para os autores, a grande quantidade de Estados existentes no sistema internacional, fato resultante dos processos de descolonização, exige uma diferenciação mais apurada entre as potências, visto que “algumas operam por todo o sistema, enquanto que muitas são significativas, mas apenas em suas vizinhanças imediatas” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 34). Assim, propõem a existência de Superpotências e de Grandes Potências, que ocupam o nível sistêmico, e de Potências Regionais, que ocupam o nível regional. As Potências Regionais seriam assim classificadas por determinarem, através de suas capacidades, a polaridade em seus CRS. No entanto, estas capacidades não seriam suficientes para alcançar o nível sistêmico e, por isso, as Potências Regionais não são consideradas relevantes o suficiente para influenciarem nos cálculos de polaridade a nível global, sendo, para as potências que ocupam este espaço, muito importantes apenas em processos de securitização de regiões determinadas (BUZAN; WAEVER, 2003).

Em Sennes (2003), outros autores são citados como exemplos de estudiosos em busca de definições para aqueles Estados “de situação internacional intermediária e/ou de proeminência regional” (p. 24). Assim, o autor explora as ideias apontadas por Selcher e Scheider, Myres, Osterud, Wood e Holbraad. A grande maioria destes teóricos encaixa os países em questão na categoria de Potência Média (enquanto que outros assumem a denominação Potência Regional), havendo variações em relação aos quesitos por eles apontados para um Estado ser assim classificado. Flemes (2007), após analisar os mesmos autores e outros mais, define Potência Regional como aquele país que atende a quatro critérios essenciais:

- (1) possui a formulação de uma reivindicação à liderança;
- (2) possui os recursos necessários à garantia de poder;
- (3) emprega instrumentos de política externa; e
- (4) tem a aceitação de seu papel como líder por outros Estados (p.11; tradução própria da autora).

¹De acordo com os próprios autores, define-se Complexo Regional de Segurança como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas securitários não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 44; tradução própria).

Além destes, pode-se citar, também, Eugénio da Costa Almeida (2011), autor lusófono angolano-português, que adota o conceito de Estado-Diretor para definir uma potência, seja a nível global ou regional, de acordo com a “capacidade de influenciar, de uma forma organizacional, política, ideológica, econômica, militarmente e tecnologicamente ou pela conjugação de parte ou de todos esses valores uma determinada região geográfica onde se insere” (p.89).

Essa grande diversidade de visões tem origem, em parte, na falta de discussões a respeito do aspecto regional por parte do chamado realismo tradicional das Relações Internacionais. Como atesta Sennes (2003) e Buzan e Waever (2003), o realismo e suas vertentes estudam o sistema internacional a partir da ação das Grandes Potências, abordando em muito o papel do nível global e subestimando, ignorando ou esquecendo-se do nível regional.

Mais recentemente, outros autores buscaram alternativas à classificação tradicional, propondo novos critérios e, principalmente, tentando problematizar a inclusão de regiões e espaços comumente esquecidos pelas análises correntes. Assim, para Nolte (2010), por exemplo, o debate acerca do conceito de Potência Regional ganhou mais força com a virada do milênio, em 2000, especialmente com a criação do conceito de BRICs, em 2001, que reunia em um só conjunto importantes países economicamente emergentes (Brasil, Rússia, Índia e China. Posteriormente, a África do Sul seria incluída no grupo). Nesse contexto, é importante a compreensão de que a globalização, intensificada a partir do fim da Guerra Fria, em 1991, possibilitou a aceleração dos processos de criação ou de continuidade de integrações regionais por todo o mundo. Dessa forma, é natural que tenha existido a proeminência de determinados Estados regionalmente, vindo estes a configurarem-se como prováveis Potências Regionais.

Em sua análise, o autor enfatiza, ainda, a necessidade de alinharem-se as diferentes correntes teóricas de Relações Internacionais para o estudo das Potências Regionais, alegando que a combinação das diferentes abordagens possibilita a sua conceituação, já que se trata de tema tão complexo. Como consequência deste compilado de teorias propõe alguns critérios a serem utilizados para classificar um Estado como Potência Regional. Assim, segundo o autor, é Potência Regional o Estado:

- que articula a pretensão de uma posição de liderança em uma região que é geográfica, econômica e política-ideologicamente delimitada;

- que dispõe de recursos materiais (militar, econômico e demográfico), organizacionais (político) e ideológicos para promover uma projeção de poder;
- que possui verdadeiramente forte influência nas políticas regionais (atividades e resultados);
- que seja econômica, política e culturalmente conectada à região;
- que influencie de uma forma significativa a delimitação geopolítica e a construção política-ideológica da região;
- que exerça essa influência por meios de estruturas regionais de governança;
- que defina e articule uma identidade e um projeto regional comuns;
- que promova um bem coletivo à região ou participe de uma forma significativa na provisão deste bem coletivo;
- que defina a agenda de segurança regional de uma forma significativa;
- cuja posição de liderança na região seja reconhecida ou ao menos respeitada pelos outros Estados dentro e fora da região, especialmente por outras potências regionais;
- que seja integrado a fóruns e instituições inter-regionais e globais em que articule não apenas seus próximos interesses, mas que aja também, ao menos de uma forma rudimentar, como um representante dos interesses regionais (p. 8894; tradução própria da autora).

No entanto, é interessante observar que, apesar desta iniciativa mais inclusiva proposta por Nolte (2010), não existe, em geral, nos estudos individuais das teorias de Relações Internacionais, um real esforço de ampliar o conceito de Potência Regional para Estados cuja organização seja distinta daquela pertencente ao que se habitou chamar de Estado ocidental. Consequentemente, percebemos a não inclusão ao conceito de Estados que atuam de forma significativa e exercem influência regional no seu entorno estratégico, prioritariamente por não cumprirem com algumas especificidades apresentadas pelas teorias direcionadas aos Estados vistos como “Potências Regionais tradicionais”.

2.2 A inclusão da África aos estudos das Relações Internacionais: o conceito de Potência Regional Africana

María Elena Álvarez Acosta (2011) busca justamente explicitar essa dificuldade encontrada por muitos Estados considerados periféricos em adequarem-se aos conceitos comumente utilizados pelos países reguladores do sistema internacional – ou seja,

pertencentes ao mundo desenvolvido ocidental. Em sua análise, a autora procura trazer elementos que evidenciem a relação de subserviência dos países que compõem o Terceiro Mundo, discutindo, prioritariamente, as consequências passadas e contemporâneas dessa dinâmica a partir da incorporação por estes Estados de ideais econômicos, políticos, sociais e culturais distantes de suas realidades e, portanto, estranhos a eles.

Assim, percebe-se a imposição de muitas concepções trazidas pelos colonizadores - por meio de uma visão de cunho racista, que definia, por exemplo, os caminhos a serem traçados pelos povos conquistados sem considerar sua liberdade de escolha ou vontade própria. Este acontecimento acabou por determinar que qualquer realidade passasse a ser estudada a partir dos mesmos parâmetros, tratando o “outro” como inferior, e, portanto, ignorando seus valores, culturas e processos históricos (ACOSTA, 2011, p. 26). As sociedades africana, asiática e latino-americana foram aquelas que tiveram de absorver os ideais europeus e adaptar-se a eles durante os anos de dominação. Atualmente, muitos destes Estados ainda sofrem as mesmas pressões para adequarem-se a conceitos direcionados aos países ditos desenvolvidos, mesmo quando é evidente que suas dinâmicas, fruto de construções estatais distintas, sejam particulares e possuam especificidades próprias.

Tratando-se estritamente do continente africano, e mais detalhadamente da África Subsaariana, Acosta (2011) atesta que o imperialismo colonial do século XIX foi o primeiro momento de imposição dos valores ocidentais à região. Isso se deu, em um primeiro plano, através da partilha do território entre os principais impérios da época, de modo que as novas fronteiras atendessem “aos interesses econômicos, aos limites de conhecimento do interior e às rivalidades intraeuropeias” (VISENTINI, 2011, p. 53). Para Chazan et al (1999), o período colonial superimpôs uma nova estrutura administrativa sobre a ordem política e social vigentes no continente africano, que afetou profundamente as relações entre as sociedades já existentes, alterando suas dinâmicas. Segundo a autora,

O sistema estatal africano é, portanto, um produto de uma lógica externa e reflete primordialmente as ambições e capacidades das potências europeias em detrimento de quaisquer realidades sociais ou geográficas do continente africano (p.26; tradução própria).

As consequências “imediatas e de longo prazo seriam a divisão de diversos grupos étnicos e a destruição – e participação- das entidades mais desenvolvidas, como os chamados *impérios*” (ACOSTA, 2011, p. 49; tradução própria). Como atesta Visentini (2011, p.53):

Após a conferência (de Berlim), os beneficiários trataram de impor a sua dominação no interior e de remodelar geopolítica, social e economicamente o continente, transformado em objeto do imperialismo de novo tipo que surgia na Europa. Para isto, usavam os mesmos argumentos de sua instalação no litoral: fim da escravidão, civilização cristianização e abertura do território para o comércio internacional. Iniciaram as guerras de conquista e a dependência econômica do continente às economias industriais das potências europeias.

Dessa forma, percebe-se, com a imposição da criação dos Estados africanos pelos grandes impérios europeus, a transferência de uma ideia originária das dinâmicas ocorridas na Europa, mais especificamente àquelas relacionadas ao desenvolvimento do sistema capitalista: a de Estado-nação. Porém, como defende Samir Amin (1968 *apud* ACOSTA, 2011), a regra não era ser como a Europa: nos demais espaços, as características dos Estados eram outras e, portanto, eles se desenvolveram de forma distinta. Para Acosta (2011), tratar como universal o modelo de Estado europeu é, de certa forma, evitar as realidades de outras regiões, como a africana. Visentini, Ribeiro e Pereira (2007) também fazem sua contribuição ao defenderem que:

A característica fundamental dos sistemas de dominação era a apropriação da soberania dos Estados, ou das sociedades africanas, por parte dos colonialistas, e a subordinação do território às autoridades metropolitanas e seus representantes. A partir das normas definidas pelo Congresso de Berlim e do processo de expansão europeia, foram desenvolvidas diferentes formas de dominação, que correspondiam aos mecanismos de aquisição territorial, às tradições políticas metropolitanas e aos objetivos específicos de cada conquista (P.68)

Acosta (2011) ainda afirma que, ao absorver o modelo de organização estatal europeia à época da colonização, a África acabou por ser remodelada e o desenvolvimento de suas sociedades para sempre afetado através (i) do agrupamento de grupos étnicos heterogêneos sob um mesmo espaço, bem como da separação de outros tantos; (ii) da força utilizada pelos colonizadores para impor este Estado – e “não como resultado do processo de desenvolvimento histórico interno, nem como resposta às demandas do contexto sociocultural e classista do continente africano” (ACOSTA, 2011, p. 51); (iii) da rejeição, por parte da própria sociedade africana, do Estado colonial. Consequentemente, este evoluiu à margem; e (iv) do estabelecimento de leis “arbitrárias e repressivas” por parte do Estado colonial.

Em segundo lugar, o imperialismo forçou a inclusão da África ao sistema capitalista internacional, desta vez não apenas como contribuinte à acumulação de terceiros – como ocorria quando era a principal fonte de escravos para as colônias americanas, por exemplo.

Como consequência da evolução deste sistema, e principalmente da relação de dependência ocupada pela África dentro dele, estes Estados africanos passaram a ser consideradas nações subdesenvolvidas. Para María Elena Álvarez Acosta (2011, p. 45, tradução própria), o subdesenvolvimento

(...) é aquele que se integra de forma subordinada ao sistema, onde se implementa à força a exploração capitalista, mas em função dos interesses dos centros de poder. Expressa, assim, uma deformação estrutural, na medida em que as realidades próprias se sobrepõem - de forma incompleta e manipulada- às relações capitalistas de produção.

No entanto, a autora reitera que as causas para a divisão do mundo entre Estados desenvolvidos e subdesenvolvidos não são aplicáveis de forma homogênea a todas as regiões e países de forma equivalente.

Castellano (2015, p.119-123) contribui para essa discussão quando afirma que o continente africano experimentou três etapas durante os processos de construção estatais por que passou. São eles:

- (i) a implantação do Estado sob o formato colonial, com a reprodução de estruturas legal e institucional do Estado europeu somada ao reconhecimento internacional deste modelo estatal. No entanto, o que se verificou foi a ausência de condições empíricas para que fosse implementado este molde. Ao mesmo tempo, as relações Estado-sociedade, relacionadas a questões como a distribuição de renda e de poder e desigualdades raciais e sociais representavam um desafio, que persistiu nos anos pós-independência²;
- (ii) a manutenção deste Estado imposto por atores externos através da “propagação da ideia de Estado como devir”, ou seja, de que o Estado representava uma necessidade para provocar as mudanças necessárias a esses países no período pós-colonial. Isso se daria devido à garantia de igualdade e de sobrevivência no sistema internacional, visto que o regime internacional reconhece e legitima o Estado soberano como ator relevante. No entanto, apesar desse reconhecimento externo, o devir é mais difícil de ser alcançado em face das pressões internas e externas, que demandam do

²Os movimentos de independência africanos tiveram início no final da década de 1950 e se encerraram na primeira metade da década de 1970.

- processo de construção estatal o atendimento de variadas e complexas necessidades da população. Assim, para os Estados periféricos, restam poucas alternativas que não sejam aquelas relacionadas à busca por auto fortalecimento das suas estruturas estatais e por equiparação destas às aquelas existentes em países mais desenvolvidos. Essas duas opções são muito penosas a Estados que se tornaram independentes entre 40 e 66 anos atrás;
- (iii) a guerra, que teve efeitos diferentes no continente africano daqueles verificados na Europa, apesar de igualmente ter afetado “o modo de organização social” dos países da África. Para o autor, os países africanos encaixam-se, em geral, em um grupo cujas guerras possuíam características que levaram ao enfraquecimento do Estado. Essas características são: “predominância de ameaças internas, pela utilização de forças mercenárias ou emprestadas (tropas e assessores externos), pelo financiamento externo ou com recursos físicos, com a presença de elites enfraquecedoras do Estado e cujo encerramento é apenas legal/formal” (p.122-23).

O autor ainda reitera que “A trajetória geral da construção dos Estados africanos foi marcada pelo caráter nocivo do sistema internacional e a relação perniciosa entre guerra e construção do Estado” (p.123).

Como reflexo de todas essas interações entre a metrópole europeia e a colônia africana, o período pós-colonial na África foi marcado por distintos desafios relacionados às imposições até ali verificadas. Chazan et al (1999, p.26-30) afirma que as heranças históricas do período colonial africano em muito determinaram, e ainda determinam, algumas das dificuldades dos países do continente em desenvolverem-se plenamente ou de terem suas dinâmicas compreendidas e respeitadas, inclusive no campo teórico. Assim, a autora elenca oito consequências determinantes do passado de dominação europeia para os anos que se seguiram aos movimentos de independência africanos: (i) a artificialidade das barreiras políticas impostas pela já mencionada Conferência de Berlim, em 1855; (ii) a destruição das instituições já existentes, criadas por sociedades africanas bem estruturadas anteriores à dominação europeia; (iii) o peso da deficiência econômica, fruto da introdução de mudanças econômicas significativas tanto no ambiente rural como urbano, que não eram devidamente integrados entre si, fato que provocou escassez de recursos no longo prazo; (iv) a história de dependência externa em relação aos grandes centros de poder, que, mesmo depois dos processos de independência, manteve-se como entrave ao desenvolvimentos dos países da África; (v) a criação de elites locais orientadas a partir de educação e valores ocidentais,

afastadas portanto do restante de suas populações e que herdaram diretamente o papel dos administradores das colônias no pós-independência; (vi) a fragilidade das instituições estatais africanas, que seguiram os moldes europeus, porém com poucos incentivos à participação popular na vida pública; (vii) a inexistência de uma cultura de política comum, também resultado de governos coloniais autoritários, que não estimulavam a participação popular; e (viii) uma memória coletiva africana que remonta à humilhação, sendo esta política, cultural, moral, econômica, social e física.

Portanto, nota-se que, ao longo dos séculos, as relações de dominação entre as nações desenvolvidas e aquelas em desenvolvimento ou subdesenvolvidas foram mantidas através de diferentes mecanismos. O resultado mais evidente dessas interações é, dessa forma, a contínua exclusão de alguns Estados às dinâmicas próprias do sistema mundial por ainda não terem atingido determinado nível de desenvolvimento – muitas vezes sendo esse nível estipulado por nações já desenvolvidas.

Dessa análise a respeito da marginalização de alguns Estados em detrimento de outros, verifica-se também no estudo de Potências Regionais a ausência, entre o bloco de países assim considerados, de Estados periféricos e, para esta análise em especial, de Estados africanos. A única exceção esporádica é a África do Sul, cuja organização estatal é uma das mais próximas às das Potências Regionais tradicionais e cuja inclusão muitas vezes ocorre no escopo do conceito de Potência Média - como em Soares Lima (1986 *apud* SINNERS, 2003), por exemplo, em sua análise de “inserção periférica” dos países recém-industrializados. No entanto, tem-se percebido na África, além da África do Sul, a emergência de importantes atores regionais, muitas vezes não considerados pelo restante do mundo.

Como atesta Eugénio da Costa Almeida (2011), o próprio Grupo dos 20³, um dos organismos multilaterais atuais voltados aos países em desenvolvimento, incorre em falhas nesse sentido. Segundo o autor, apesar de poder ser considerado “uma importante rampa de lançamento para que um Estado se torne uma potência em emergência, pelo menos política e economicamente” (p. 147), o grupo desconsidera, ao incluir determinados países africanos (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue), outros Estados que também compartilham de considerável perspectiva de desenvolvimento econômico desde o ano de sua criação, qual seja 2003. A análise dos 20 maiores PIBs de países africanos em 2003 e em 2015 deixa clara a necessidade de reavaliarem-se alguns critérios nesse sentido, a fim de que

³O Grupo dos 20 foi criado em agosto de 2003 e é composto por um conjunto de 23 países em desenvolvimento. A sua representatividade geográfica é notável, contando com cinco países africanos, seis países asiáticos e doze países latino-americanos (ALMEIDA, 2011).

outros países, com dinamismo econômico próximo, similar ou superior venham a somar o grupo em um futuro próximo:

Tabela 1: Os 20 maiores PIBs africanos, em 2003 (valores em bilhões de dólares)

Ranking	Países	PIB
1	África do Sul	432
2	Egito	268
3	Argélia	167
4	Marrocos	115
5	Nigéria	113,5
6	Tunísia	63
7	Sudão	52,9
8	Etiópia	50,6
9	Gana	42,5
10	Líbia	41
11	República Democrática do Congo	34
12	Quênia	32
13	Uganda	31
14	Camarões	27
15	Zimbábue	27
16	Costa do Marfim	24,5
17	Tanzânia	22,5
18	Moçambique	19,2
19	Angola	16,9
20	Senegal	16,2

Fonte: Index Mundi e Cia World Factbook *apud* ALMEIDA, 2011

Tabela 2: Os 20 maiores PIBs africanos, em 2015 (valores em bilhões de dólares)

Ranking	Países	PIB
1	Nigéria	481,1
2	Egito	330,8
3	África do Sul	312,8
4	Argélia	166,8
5	Angola	102,6
6	Marrocos	100,4
7	Sudão	84,07
8	Quênia	63,40
9	Etiópia	61,50
10	Tanzânia	44,90
11	Tunísia	43,02
12	Gana	37,8
13	República Democrática do Congo	35,24
14	Costa do Marfim	31,75
15	Camarões	29,2
16	Líbia	29,15
17	Uganda	26,37
18	Moçambique	14,69
19	Botsuana	14,39
20	Gabão	14,34

Fonte: Elaborado com base em dados do Banco Mundial, 2016.

Assim, da análise dos quadros anteriores, nota-se, para além da relevância da discussão relativa ao alargamento do número de países africanos no Grupo dos 20, o protagonismo de alguns Estados dentro do próprio continente africano a partir do crescimento significativo de seus PIBs. São os casos, por exemplo, da Nigéria, de Angola, do Quênia e da Tanzânia. Estes países devem seus crescimentos a distintos fatores, como o investimento e o desenvolvimento em determinados setores que beneficiaram suas economias. Dessa forma, verificou-se no Quênia e na Tanzânia a predominância do setor de serviços e de construção, com a inclusão de programas de investimento público, da indústria e, especificamente na Tanzânia, no aprimoramento das condições da agricultura (ADESINA; CLARK; GURRÍA, 2016). Nos casos de Angola e Nigéria, os crescimentos econômicos deveram-se, prioritariamente, ao aumento de suas exportações de petróleo, possíveis graças ao bom preço desta commodity durante o período em questão. Percebe-se, portanto, o dinamismo econômico das economias africanas, essencial para o seu desenvolvimento crescente frente ao cenário internacional.

Ademais do desenvolvimento econômico, outros aspectos podem ser indicativos da existência de potências emergentes na África para além daquelas comumente assim consideradas. Entre estes aspectos, encontra-se a projeção política e militar no entorno regional destes Estados, o que demonstra força e capacidade de influência (ALMEIDA, 2011). Assim, mais uma vez, apesar de mostrarem expressivas capacidades e de atuarem como importantes potências militares africanas e articuladores de processos de integração regional, diversos países permanecem à margem da classificação corrente de Potência Regional, não sendo reconhecidos como tal, mesmo quando atendem aos critérios estipulados pelas tradicionais – e ocidentais - linhas teóricas das Relações Internacionais.

Por todas essas razões – a apropriação imposta a países africanos de estruturas culturais, sociais, políticas, econômicas, etc. e a necessidade de rever a emergência regional de determinados Estados da África em relação a outros – faz-se necessário ampliar o conceito de Potência Regional quando analisados países do chamado Terceiro Mundo. Para tanto, há de se considerar as especificidades do espaço que se está estudando, suas dinâmicas regionais próprias, as maneiras como se deram as formações de seus Estados, suas limitações e suas potencialidades. Como consequência, ao estudar-se o continente africano, abre-se espaço para a utilização de uma distinta ramificação do conceito de Potência, qual sejam de Potência Regional Africana.

3 A EMERGÊNCIA DE ANGOLA COMO POTÊNCIA REGIONAL AFRICANA

Entre as atuais Potências Regionais Africanas em ascensão, destaca-se fortemente o papel cada vez mais significativo ocupado por Angola no continente africano. O país, cuja luta pela independência em relação a Portugal obteve sucesso em 1975, vislumbrou, no mesmo ano, a ascensão ao poder do Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA) de orientação Marxista- Leninista. Este fato desencadeou conflitos armados entre o MPLA e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), um partido também atuante na luta pela libertação angolanas que almejava o poder. O confronto se transformou em uma guerra civil, que prejudicou por anos o desenvolvimento econômico, político e social do país, ainda fragilizado pelas consequências da guerra de independência, por absorver grande parte dos recursos angolanos que poderiam ser destinados ao desenvolvimento nacional. Conforme atesta Sommerville (1986), tanto a economia quanto a administração e a infraestrutura angolanas já estavam devastadas pelo conflito com Portugal antes da guerra civil, além de serem evidentes os custos sociais decorrentes, por exemplo, da quebra do sistema de distribuição de comida e de outros suprimentos básicos em várias regiões do país.

A Guerra Civil Angolana teve duração total de 27 anos, sendo, segundo María Elena Álvarez Acosta “a mais longa da África” (p.183). Por se dar durante a Guerra Fria (1945-1991), sofreu a interferência militar dos Estados Unidos e da União Soviética e de seus respectivos aliados. No entanto, o fim da Guerra Fria - e, portanto, início dos anos 90 - trouxe consigo um ímpeto de transformação em Angola, o que levou o país a adotar quatro tipos de transições significativas:

da guerra à paz e à reconciliação; da emergência humanitária à reabilitação, recuperação e desenvolvimento; de um sistema de governança unipartidário e autoritário a uma política democrática; e de uma economia determinada pelo Estado a uma que obedecesse às leis do mercado(HODGES, 2004, p. 1999 *apud* CASTELLANO, 2015; tradução própria da autora).

A partir dessas tentativas de transformações, mudanças passaram a ocorrer gradativamente. Assim, entre 1991 e 1992, foram promulgadas reformas e revisões constitucionais, estabelecendo a democracia e o multipartidarismo e a descentralização governamental no país, respectivamente. Foi durante esse período, também, que o país passou a ser chamado República Popular de Angola e eleições presidenciais ocorreram (CASTELLANO, 2015).

O fim da Guerra Civil Angolana foi oficialmente anunciado em 2002, quando se deu assinatura da paz, que, conforme Eugénio da Costa Almeida (2011), foi o que possibilitou a Angola o início de sua projeção regional de destaque no continente africano, em especial na África Austral, Central e no Golfo da Guiné. Igor Castellano (2015) defende posicionamento similar ao afirmar que “Angola saiu de sua guerra civil com capacidades estatais renovadas e uma grande experiência em lidar com questões de segurança regional, tornando-se um forte candidato ao posto de potência regional” (p. 181).

Neste capítulo, portanto, serão apresentados os principais motivos para considerar-se Angola uma Potência Regional Africana em emergência, tais como: sua localização estratégica, os recursos estratégicos de que dispõe, suas políticas interna e externa, sua força militar e sua economia desde 2002. Nesse sentido, é importante mencionar que a abordagem teórica seguida é a mais próxima ao primeiro grupo de países apresentado no capítulo anterior, qual seja aquela que investiga a projeção de poder de um Estado tendo como base seus componentes, listados por Brucan (1974, p.140) como sendo: (i) bases tecnológico-materiais, ou seja, considerando potencial militar a partir da situação geográfica, recursos disponíveis, população, produção agrícola e industrial, ciência e tecnologia; forças militares e armamentos; moral nacional e coerção política; e prestígio internacional e capacidade diplomática. Essa análise ocorre sem, contudo, ignorar a importância do comportamento dos países para serem considerados potências.

3.1 Dados Gerais de Angola

A República de Angola está localizada na África Subsaariana, mais especificamente na África Austral. O país, cuja capital é Luanda, é governado desde 1979 pelo presidente José Eduardo dos Santos, do MPLA. Angola possui uma população total de mais de 25 milhões de pessoas (WORLD BANK, 2016), sendo que destas, 44% vivem em áreas urbanas e cerca de 5% vivem em zonas rurais (CIA WORLD FACTBOOK, 2015). Além disto, a população está dividida em diferentes grupos étnicos, como os Ovimbundu (que representam 37% da população), os Kimbundu (que representam 25% da população), os Bakongo (que representam 13% da população), além dos mestiços (2% da população), europeus (1% da população) e outros. O idioma oficial do país é o Português, falado por 71, 2% da população, mas dialetos locais, característicos dos grupos étnicos encontrados em Angola, também existem e são amplamente utilizados. As religiões presentes no país são a Católica (praticada por 41,1% da população), a Protestante (praticada por 38,1 % da população) e outras

(praticadas por 8,6% da população). Além disso, 12% da população declaram-se não praticantes de nenhuma religião (CIA WORLD FACTBOOK, 2016).

Angola possui uma extensa área territorial, de 1.246.700 km², incluindo as terras emersas, o espaço aéreo, os rios, lagos e águas territoriais (PEGADO, 2014). A localização do país é um fator estratégico, pois este se encontra em uma região marcada por potencialidades por ser rica em recursos relevantes, como petróleo, gás natural, minerais, terras agriculturáveis, etc. Ademais, Angola faz fronteira com o Atlântico Sul por 1600 km, caracterizando seu estratégico acesso ao mar.

Especificamente em relação ao Atlântico Sul, Pegado (2014) defende que este pode ser considerado uma das grandes potencialidades de Angola. Isso se deve, especialmente, pelo papel relevante que o oceano exerceu e ainda exerce na economia do país, no restante do continente africanos nas dinâmicas de comércio mundiais – considerando sua utilização como rota de tráfego de escravos; como passagem estratégica à África durante as duas Guerras Mundiais; e como a principal rota de petróleo desde 1973, conectando o Oriente Médio à América do Norte. Além disso, no Atlântico Sul encontram-se reservas de hidrocarbonetos e de diferentes tipos de minerais (metálicos e não-metálicos). Possui, ainda, duas zonas petrolíferas de destaque: a bacia de Campos, no Brasil, e a zona do Golfo da Guiné, da qual Angola faz parte.

Por estes motivos ligados à importância do Atlântico Sul para o desenvolvimento angolano, Pegado (2014, p. 124) ressalta que:

O fato de Angola ser banhada por este oceano é uma fonte de riqueza e de desenvolvimento, uma vez que é através dele que se projeta uma parte significativa da geopolítica e da geoeconomia angolana, consubstanciada na exploração de recursos e nas trocas comerciais de produtos essenciais à sua sobrevivência. Por isso os acessos ao mar, quer do ponto de vista estratégico – militar, quer do ponto de vista econômico, conferem a Angola um domínio político e um grau de autonomia geográfica na região.

Ainda em relação à sua localização, é importante mencionar que Angola possui uma fronteira territorial de 5369 km com os seguintes países: Namíbia (por 1427 km), República Democrática do Congo (por 2646 km), República Popular do Congo (por 231 km) e Zâmbia (por 1065 km) (CIA WORLD FACTBOOK, 2016). Dos 2636 km relativos às fronteiras entre Angola e a República Democrática do Congo, 225 km são entre o último e a Província de Cabinda, que faz parte do território angolano. A Província de Cabinda é um enclave no litoral do Oceano Atlântico Sul, localizada entre a República Democrática do Congo e a República

Popular do Congo, que possui grande quantidade de reservas petrolíferas (CASTELLANO, 2015) e outros recursos estratégicos à economia de Angola. Por muitos anos, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) ameaçou a estabilidade política e econômica de Angola tentando promover sua independência em relação ao país. Porém, em 2006, foi assinado um Memorando de Entendimento sobre Cabinda, que tem como objetivo promover o diálogo com vias à paz (ALMEIDA, 2011).

Mapa 1: Angola



FONTE: CIA WORLD FACTBOOK, 2016

Segundo Somerville (1986), a posição geopolítica ocupada por Angola influenciou enormemente o desenvolvimento econômico e político do país no seu pós-independência. Como reforça Pegado (2014, p.121),

Estas condições permitem ao país um desenvolvimento interno, bem como a possibilidade de desenvolvimento das vias de comunicação marítima e a implementação de estruturas físicas, sociais e econômicas com projeção para o interior e exterior (...)

Como consequência, conclui-se que a geografia de Angola se configura como fator determinante para a projeção angolana na geopolítica regional, possibilitando que o país assuma o posto e seja reconhecida como uma Potência Regional Africana.

3.2 As Políticas Interna e Externa de Angola

Como já foi frisado anteriormente, 2002 foi um ano emblemático na história política e econômica de Angola. Como consequência do fim da Guerra Civil angolana, muitos foram os avanços e transformações ocorridas no país graças à atuação do governo, a partir daquele momento detentor de maior autonomia para promover o desenvolvimento de setores e áreas antes não ou pouco explorados em função dos dispêndios e enfoques que o conflito demandava. Assim, nesta seção, serão estudadas as medidas adotadas a partir deste ano nos âmbitos da política interna e externa de Angola, a fim de comprovar que, ao longo dos anos 2000, o país ascendeu consideravelmente em diversos campos, projetando-se significativamente.

3.2.1 Política Interna

A necessidade de dinamizar de uma forma inovadora a economia angolana no pós Guerra Civil ensejou um movimento interessante por parte do Estado de Angola: se durante a década de 90 o país adotou as principais características de uma economia de mercado, capitalista e liberal (ALMEIDA, 2011), a partir de 2002 compreendeu-se que o mercado não se reergueria sozinho e, por isso, necessitaria da intervenção estatal nos moldes apresentados pelo keynesianismo⁴. Como consequência, promoveram-se políticas fiscais e monetárias expansionistas e buscou-se em parceiros estrangeiros, como China e Portugal, a alternativa para a falta de financiamentos externos. Esta, associada à inflação, impedia o governo angolano de dar sequência aos seus novos planos para o desenvolvimento do país (FILHO; CHIMBULO, 2014).

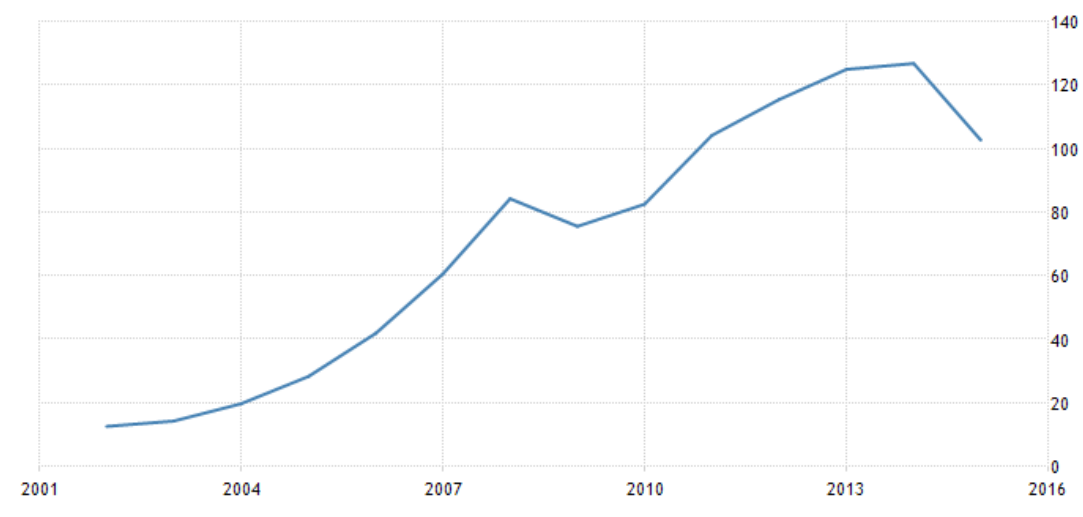
Firmados os novos acordos (a China concederia linhas de crédito a Angola até 2008 e Portugal daria cobertura aos riscos de crédito existentes quando da importação de seus bens e serviços), o governo de Angola se viu finalmente apto a lançar os três documentos que nortearam, de certa maneira, seu novo projeto de política econômica: (i) a Agenda Nacional de Consenso, que buscava o entendimento entre as forças políticas e a sociedade civil; (ii) a Estratégia de Redução da Pobreza, de natureza governativa e que procurava atender às carências sociais vivenciadas pela população angolana (iii) e a Estratégia de Desenvolvimento a longo prazo para Angola (2025), também de natureza governativa e que visava atender às demandas do país por reformas e investimentos na sua infraestrutura básica e social, assim

⁴ Keynes defendia que, em períodos de recessão, cabia ao Estado intervir na economia, promovendo políticas fiscais e monetárias.

como desenvolver setores produtivos e financeiros (KARIM, 2005 *apud* FILHO; CHIMBULO, 2014). Em paralelo, criou-se, em 2004, o Programa Geral do Governo (PGG), centrado em áreas determinantes para que os avanços ocorressem e que lançou os papéis das políticas fiscal e monetária expansionistas, quais sejam, o de promover a estabilidade macroeconômica e o de gerar autonomia e estabilidade dos preços, respectivamente (FILHO, CHIMBULO, 2014).

Diante de todas essas iniciativas verificadas pelo governo angolano, aliadas à conjuntura externa favorável, verifica-se, nos primeiros anos após o conflito civil, um crescimento surpreendente do PIB angolano. Como defendem Castellano e Brancher (2015), Angola acumulou, nos últimos anos, o maior crescimento anual do PIB na África Austral, chegando a picos de mais de 20%, conforme pode ser verificado na Figura 2. Ademais, nota-se, também, o crescimento gradual do PIB em valores absolutos, como ilustrado na Figura 1. Identifica-se, igualmente que, apesar da brusca queda em 2008, decorrente da crise financeira internacional, nos anos seguintes o PIB voltou a crescer, mesmo que não nos mesmos padrões de antes. Para Rocha (2014), aquelas dinâmicas anuais de crescimento do PIB entre 2002 e 2008 são muito improváveis de se repetirem até, pelo menos, 2025.

Figura 1: PIB angolano em valores absolutos (em bilhões de dólares)



Fonte: TRADING ECONOMICS, 2016.

Figura 2: Taxa de crescimento do PIB angolano (em percentagem)



Fonte: TRADING ECONOMICS, 2016.

Sabe-se que a economia angolana assenta-se muito fortemente no setor petrolífero e, por isso, oscila consideravelmente de acordo com as mudanças nos preços internacionais do produto, que, de acordo com Almeida (2011, p.110), “é intensivo em capitais e gera poucos, embora qualificados, empregos”. Como consequência dessa dependência econômica das receitas petrolíferas, o governo angolano traçou estratégias que visam sua diversificação. Para tanto, vem promovendo medidas como a criação do Programa de Investimentos Públicos (PIP) – que atua em áreas sociais, de recuperação e de criação de infraestruturas – e no incentivo à indústria transformadora, à agricultura e ao setor de serviços através de investimentos em infraestrutura básica, transportes, águas e telecomunicações, promovendo a dinamização necessária da economia. Como consequência, já em 2006 verificou-se que o crescimento do PIB petrolífero foi inferior ao PIB não petrolífero (FILHO; CHIMBULO, 2014).

Com relação especificamente à crise financeira de 2008, o governo angolano adotou medidas anticíclicas, promovendo um ajuste fiscal e monetário. É importante frisar, ainda, que a recessão causada por este evento atingiu Angola fortemente, mesmo o país não tendo um mercado financeiro muito desenvolvido. Assim, a lista de medidas apresentadas pelo Estado angolano, de acordo com Filho e Chimbulo (2014, p.103-04) foi:

- a) A taxa de redesconto foi alterada de 19,5 % para 25%, significando maior dificuldade de acesso ao crédito por parte dos bancos comerciais junto ao BNA⁵;
- b) Procedeu-se a adequação do coeficiente de reservas obrigatórias de 15% para 30%, tendo sido feito em abril de 2009 a alteração da base de incidência com a inclusão das responsabilidades por títulos;
- c) Foram aperfeiçoados os procedimentos referentes à compra e venda de moeda estrangeira, e foram definidos os termos e condições para a titularidade de contas em moeda estrangeira e em moeda nacional;
- d) A base de incidência das reservas obrigatórias foi adequada, retirando responsabilidade por títulos da base de incidência das reservas obrigatórias;
- e) O Ministério das Finanças iniciou, em abril de 2009, a emissão de obrigações do tesouro (OT) indexadas à taxa de câmbio nas maturidades 1 a 4 anos, e, em junho, a emissão de OT indexadas ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) nas maturidades 2 a 4 anos.

É necessário frisar, ainda, que Angola foi o primeiro país africano a pagar sua dívida, em 2010, ao FMI, após 18 anos de acordos com este organismo financeiro. Este foi mais um grande salto do país na busca por maior autonomia e capacidade de ação dentro do seu próprio território. Além disso, é relevante destacar a adesão de Angola à União Africana, desde sua criação, em 2002, e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), no mesmo ano, que visam à promoção de novos investimentos no continente africano e buscam promover o desenvolvimento da África através de iniciativas sustentáveis, que fomentem “paz, segurança, democracia, boa governança, capacitação, cooperação e integração regionais” (VISENTINI, 2011, p.193). Dessa forma, percebe-se que para além de uma conjuntura externa favorável, o crescimento angolano teve sua origem principalmente na forma como o Estado optou por atuar no período pós-fim do conflito civil, conduzindo a política e a economia tendo como base princípios tais quais a soberania e o respeito à sociedade angolana.

3.2.2 Política Externa

A política externa de Angola no pós-Guerra Civil vem se voltado, especialmente, para relações estratégicas ao desenvolvimento do país. Dessa forma, como lembra Castellano (2015), verifica-se um engajamento do Estado angolano em questões relacionadas à dinâmica de seu entorno regional a fim de fomentar a estabilidade interna e, com isso, garantir uma reestruturação do aparelho estatal. Para tanto, o país passou a se envolver com parceiros estratégicos tanto a nível regional – com quem prima pelo estabelecimento de mecanismos focados em segurança e em defesa– quanto a nível global – com quem prioriza relações políticas e comerciais que lhe permita um desenvolvimento interno mais eficiente, visto a

⁵Banco Nacional de Angola.

fragilidade de sua economia após os 27 anos de guerra civil. Ademais, salienta Visentini (2015,p. 13):

Rechaça-se qualquer forma de colonialismo, agressão ou domínio nas relações entre os povos, incentiva-se o fortalecimento da identidade africana e é proibida a presença de qualquer base estrangeira em território angolano. Destaca-se, outrossim, o papel do presidente na formulação da política externa, visto que Santos exerce diplomacia presidencial. Salienta-se, também, que a inserção internacional, portanto, é vista como mecanismo para o desenvolvimento nacional e desenvolvimento conjunto com os países do continente.

Dessa necessidade por auxílio internacional para seu projeto de reestruturação interna, Angola passou a investir sucessivamente em aprofundar ou estabelecer relacionamentos com países que fazem parte do BRICS. Como resultado, Angola provou possuir, conforme salienta Kiala e Ngwenya (2011), capacidade e habilidade de complementar os serviços em infraestrutura disponibilizados por esses países em troca de acesso e/ou exploração de seus recursos. Assim, percebem-se nos seus relacionamentos, principalmente com China e Brasil, potencialidades a serem exploradas para que seu desenvolvimento interno ocorra, ao mesmo tempo em que relações estratégicas são consolidadas com base, muitas vezes, em projetos que conversam também com seus interesses regionais relacionados à manutenção da segurança e estabilidade locais.

Atualmente, e desde 2007, o principal parceiro comercial da China na África é Angola, que substituiu a África do Sul nesta posição (KIALA; NGWENYA, 2011). Como atestam Visentini (2013) e Grilo (2009), desde 2004 os dois países vivenciam o que ficou conhecido como “modelo angolano”, posteriormente exportado para outros países da África, através da parceria entre o banco sino Export- Import Bank of China (EximBank) e o governo de Angola. Este modelo consiste no financiamento chinês, através de linhas de créditos, de projetos de infraestrutura que o país africano possua em troca do seu fornecimento de recursos naturais interessantes à China, sem a contrapartida chinesa de fazer exigências que comprometam o andamento dos projetos, a exemplo do que fazem as principais instituições financeiras internacionais.

Como consequência dessa parceria estratégica entre Angola e China, verifica-se que, desde 2007, a China ocupa o posto de principal destino das exportações do petróleo bruto angolano (GRILLO, 2009), deixando claro que, para a o país, Angola representa muito mais do que apenas um mercado para as suas próprias exportações (MALAQUIAS, 2011). Como evidência disso, verifica-se, a partir de 2008, que Angola passa a ser a principal fonte financiadora de petróleo bruto à China, ultrapassando a Arábia Saudita. Além disso, a parceria

chinesa-angolana no ramo do petróleo caracteriza-se, também, pela *joint venture* existente entre a empresa petrolífera sina Sinopec e a estatal angolana Sonangol, que explora petróleo em três campos de petróleo de Angola, e a *joint venture* entre a chinesa CIF e ENANGOL, que explora os diamantes do país africano (VISENTINI, 2013).

Por fim, é válido destacar as principais áreas de auxílio na infraestrutura angolana de que a China faz parte, quais sejam: engenharia civil, sistemas de abastecimento de água, distribuição e geração de energia e aeroportuário (VISENTINI, 2013, p. 73). Além disso, também são significativos os investimentos chineses na agricultura e na área da saúde angolanas, bem como na abertura de filiais próprias, como o caso da automobilística Nissan, em parceria com o Japão (KIALA; NGWENYA, 2011). Percebe-se, portanto, que a atuação chinesa em Angola é estratégica para o país africano, não apenas no âmbito comercial, mas também pelos investimentos na infraestrutura angolana, que possibilitam, junto às políticas internas promovidas pelo Estado, o desenvolvimento econômico e social que o país busca como uma de suas principais prioridades.

Em relação aos contatos existentes entre Brasil e Angola, podem-se destacar os laços históricos que unem os dois países em decorrência de um passado colonial comum, que determinou, por muitos anos, a conexão entre as duas margens do Atlântico Sul através do comércio de escravos e de produtos agrícolas. Como consequência dessas interações, Brasil e Angola tiveram, ao longo de sua história, diversos momentos de cooperação, traduzidos, mais comumente, na sua participação conjunta em organismos como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – ambas a serem mais bem exploradas no capítulo seguinte.

De acordo com diversos autores, essas organizações ganharam um novo fôlego com a chegada à presidência brasileira, em 2003, de Luis Inácio Lula da Silva. Segundo Visentini (2013), as parcerias ensejadas por essa nova fase do relacionamento entre os dois países promoveram, entre 2003 e 2013, a assinatura de mais de 40 acordos de cooperação bilateral nas mais diversas áreas. De acordo com dados do Itamaraty (2016), o comércio entre os dois países cresceu cerca de 20 vezes entre 2002 e 2008, chegando aos 4,21 bilhões de dólares.

Nesse sentido, destaca-se, também, o aumento das exportações brasileiras para Angola como consequência desse incremento do intercâmbio comercial bilateral. Concomitantemente, cresceram as importações brasileiras de petróleo e de seus derivados, visto que, desde 2006, a Petrobrás passou a explorar e produzir em Angola sob bases legais. Em 2010, a estatal brasileira anunciou ter descoberto novos poços de petróleo em território

angolano e passou a explorá-lo já em 2011, gerando empregos à população de Angola e recursos ao seu Estado, ao mesmo tempo em que cria dividendos para si (VISENTINI, 2015).

No entanto, como ressalta Visentini (2013), a Petrobrás não é a única empresa brasileira presente em território angolano: segundo o autor, mais de 50 já estão instaladas em Luanda e em outras cidades, como as do Grupo Odebrecht, da Camargo Correa e da Andrade Gutierrez, todas especializadas em construção civil, atuando em Angola junto às chinesas no processo de reconstrução da infraestrutura angolana. Como atesta o Itamaraty (2016), a linha de crédito concedida pelo BNDES ao Estado angolano representa um mecanismo de apoio à presença de empresas brasileiras no país africano. Em contraste, Angola passou a investir no Brasil apenas recentemente, sob a orientação estatal e basicamente através de aquisições promovidas pela sua empresa Sonangol, que já adquiriu cerca de 200 milhões de dólares da pequena empresa de petróleo brasileira, Starfish, tornando-se sua principal acionista (KIALA; NGWENYA, 2011).

Ademais, notou-se, a partir de 2002, o oferecimento de vagas aos angolanos em cursos de graduação e de pós-graduação no Brasil, elucidando, para além das parcerias comerciais, o engajamento em um projeto educacional, que afeta positiva e diretamente a população angolana (ITAMARATY, 2016), além do programa “Escola para Todos”, que busca a cooperação técnica entre os dois países (VISENTINI, 2015). Todas essas interações resultam naquilo que Grilo (2009) e outros autores salientam, qual seja que Angola é, atualmente, o principal parceiro africano do Brasil e que este possui vantagens sobre outros países parceiros de Angola pela proximidade garantida pelo idioma comum, afora os laços históricos e culturais já mencionados.

O relacionamento entre Angola e Rússia data do período colonial angolano, quando a União Soviética prestou auxílio aos militantes do MPLA. No entanto, de acordo com Visentini (2015), os contatos entre os dois países tornaram-se tépidos com o desmantelamento da URSS e mantiveram-se assim até o ano de 2006, quando, em visita à Rússia, o presidente José Eduardo dos Santos tornou possível a revitalização da parceria bilateral. Para Kiala e Ngwenya (2011), os dez acordos de cooperação assinados entre os dois Estados a partir desse contato reforçaram os interesses mútuos entre os dois de manterem-se como parceiros estratégicos. Assim, verifica-se, no empreendimento russo em setores como o de defesa e segurança, diamantes, minerais, hidrocarbonetos e bancário, real interesse em consolidar Angola como um importante contato na África. Além disso, notam-se, também, os investimentos russos em infraestrutura angolana, como na construção de uma hidrelétrica, de residências e de escolas, bem como interesse em cooperar no âmbito técnico-militar,

treinando pessoal para controle de fronteiras fazendo uso de novas tecnologias. Uma das principais iniciativas russas, no entanto, se deu no setor científico-tecnológico, quando estabeleceu parceria com Angola para a construção e lançamento do primeiro satélite angolano, o Angosat, com previsão de conclusão em 2017. Todas essas medidas comprovam a importância crescente que a Rússia assume para Angola, interessada, como já mencionado, no seu desenvolvimento e estabilidade interna.

Angola e Índia, por sua vez, não possuem relações diplomáticas estreitas e, por consequência, seus relacionamentos comerciais também não são consideráveis quando comparáveis aos demais parceiros do BRICS. Mesmo assim, verificou-se um interesse indiano tanto pelas reservas de hidrocarbonetos angolanas quanto por suas reservas de gás natural liquefeito. Desse fato surgiu uma parceria entre os dois países, em que, em troca de autorizar à empresa de gás indiana GAIL sua participação no projeto de Angola para utilização do gás natural liquefeito, Angola demandaria da Índia treinamento de pessoas no campo da indústria e tecnologia de gás, a fim de formar técnicos especializados na área (KIALA; NGWENYA, 2011). Além disso, a Índia também investiu no projeto de infraestrutura angolano, aumentando sua linha de crédito para a expansão da construção de rodovias em território angolano.

Angola possui, ainda no âmbito do BRICS, relações históricas com sua vizinha África do Sul. No entanto, é importante lembrar que os dois países possuem uma história conturbada, por terem estado em lados distintos durante os anos em que a África do Sul esteve governada pelo regime segregacionista do *apartheid*. Todavia, mesmo que diante dos outros parceiros do BRICS o relacionamento entre os dois países não seja tão estreito, é interessante destacar a parceria dos dois em projetos comuns a partir do século XXI. Assim, como salienta Ngamntwini (2010), algumas reuniões foram estabelecidas entre os líderes dos dois Estados com vias a fomentar parcerias no escopo da indústria energética.

Ademais, verificou-se um incremento significativo no comércio bilateral entre os países em 2009 e, em 2010, acordos foram firmados objetivando maior cooperação em áreas como infraestrutura, desenvolvimento, telecomunicações, mercado financeiro, informação e tecnologias. Como consequência, a partir de então Angola e África do Sul têm buscado estreitar suas conexões, principalmente na esfera econômica e incentivam, mutuamente, projetos que envolvam investimentos em infraestrutura, agricultura, mineração, educação, saúde, comunicação, entre outros (ANGOLANEMBASSY, 2016), que beneficiem os dois países. Porém, salienta-se que, para além da cooperação existente entre os dois países, existe, também, rivalidade na região austral da África pelo papel de liderança regional. Este fator

será melhor analisado no próximo capítulo, no entanto, quando se detalhar a atuação de Angola na SADC.

Afora a parceria com os países do BRICS, é importante mencionar as relações mantidas entre Angola e Estados Unidos, cuja presença na África tem sido cada vez mais sentida, motivada por interesses estratégicos. Nesse sentido, é válido lembrar, conforme atesta Visentini (2015), que o país tenta deslocar o centro de sua matriz energética do Oriente Médio para países africanos, a fim de suprir suas demandas por petróleo. Como consequência, sua presença é sentida tanto através de empresas próprias instaladas ou atuantes no continente quanto através de operações do Comando dos Estados Unidos da América para a África (AFRICOM) e da IV Frota da Marinha Americana, atuante no Atlântico Sul. Assim, compreende-se facilmente seu interesse por Angola e o fato de que, desde 2007, o país assumiu o posto de segundo maior importador do petróleo angolano (tendo sido, por anos, o principal destino da commodity, posto hoje ocupado pela China).

Segundo Grilo (2009), desde 2002 as relações entre os dois países vem intensificando-se, seguindo as determinações do *African Growth and Opportunity Act* (AGOA), legislação norte-americana voltada para as interações com o continente africano (VISENTINI, 2015), com visitas esporádicas entre seus representantes, apesar de alguns desconfortos causados por exigências estadunidenses quanto à transparência do governo angolano e questionamentos relacionados aos gastos públicos de Angola (MALAQUIAS, 2011). Ademais, como lembra Malaquias (2011), em 2010 estabeleceu-se o Acordo de Diálogo sobre Parceria Estratégica, com vistas a promover relações bilaterais entre os Estados Unidos e Angola em áreas como energia, segurança e comércio.

Para, além disso, o autor também reforça a cooperação existente entre os Estados no que concerne o setor militar. Nesse ínterim, verifica-se, por exemplo, o engajamento no programa internacional de treinamento militar denominado *International Military Education and Training* (IMET), cujo objetivo é auxiliar militares angolanos pertencentes das Forças Armadas Angolanas na sua formação em língua inglesa e na formação profissional para policiais. Ainda nesse escopo, há o projeto militar conjunto entre os dois países para a prevenção da transmissão do vírus HIV entre os membros das Forças Armadas Angolanas (GRILO, 2009).

Como se pode perceber, há um alto nível estratégico nas cooperações traçadas entre Angola e os países-membros do BRICS na medida em que todas, de alguma forma, contribuem para seu desenvolvimento econômico interno através de investimentos em infraestrutura, além de incentivos a importantes setores, como o de tecnologia, o militar e o

científico. Este posicionamento – de receptor de investimentos em troca de acesso a determinados recursos – apesar de em alguns momentos parecer desvantajoso, vai de encontro à Política Externa do país, que busca parcerias que lhe sejam benéficas e que estimulem e dinamizem sua economia, a fim de, principalmente, diversificá-la. Quanto ao seu relacionamento com os Estados Unidos, percebe-se que há de ser considerado diante tanto da importância comercial e da cooperação que representa quanto por ser plausível encará-lo como uma possível ameaça na região e à sua estabilidade interna, fato refletido nas parcerias estabelecidas por Angola com outros países em termos de segurança e defesa, a serem abordadas no capítulo seguinte.

3.3 Petróleo e outros recursos estratégicos

Como foi destacado anteriormente, a localização de Angola é de extrema importância por dispor, além do acesso ao Atlântico Sul, de recursos naturais determinantes ao desenvolvimento da economia angolana. Visto que o aproveitamento pelo Estado de suas capacidades pode influenciar diretamente no seu processo de ascensão à liderança – seja ela regional ou global – esta seção tem como objetivo expor e analisar os recursos disponíveis em Angola que auxiliam o país a se afirmar como Potência Regional Africana.

3.3.1 Petróleo

Em 1910 foram encontrados os primeiros vestígios de petróleo offshore⁶ em Angola, nas bacias do Rio Congo e do Rio Kwanza. Neste mesmo ano, a companhia portuguesa Canha & Formigal obteve licença para explorar uma área de 114.000 km² na região e, cinco anos depois, promoveu a perfuração do primeiro poço de petróleo em território angolano. Além disso, outras empresas atuaram na atividade de prospecção e de pesquisa do petróleo em Angola, entre elas a Pema (Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola) e a norte-americana Sinclair. No entanto, poucos avanços foram verificados até 1952, quando as atividades reiniciaram. Como consequência dessa revitalização, em 1955, foi concedida à companhia Purfina, pertencente ao grupo belga FINA, uma licença para explorar a mesma área. Ademais, foi descoberto, também em 1955, pela primeira vez, petróleo comerciável no vale do Kwanza e se fundou, através da união entre o governo colonial português e a Petrofina, a Fina Petróleos de Angola (Petrangol), tendo como principal consequência a construção de

⁶Chama-se de offshore a exploração de petróleo em alto mar, portanto em águas profundas e através de plataformas e de navios.

uma refinaria de petróleo em Luanda que processaria o crude (ALMEIDA, 2011; PEGADO, 2012).

Em 1962 ocorreu o primeiro levantamento sísmico do offshore de Cabinda pela Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC)– uma empresa subsidiária da norte-americana Gulf Oil Company - e, conseqüentemente, a primeira descoberta de petróleo na região. A exploração do óleo passou a ocorrer ainda em 1962 de forma restrita, sendo 1968 o ano em que de fato avanços ocorreram, com exportações para os Estados Unidos e para Portugal. A partir de 1973, o petróleo passou a ser o principal produto de exportação angolano e, segundo dados apresentados por Eugénio da Costa Almeida (2011, p.104), em 1974 “a produção chegou aos 172.000 barris/dia, o máximo do período colonial, no *Offshore* de Cabinda e *Onshores*⁷ de Kwanza e do Congo”.

Após a independência de Angola, em 1975, o MPLA criou uma Comissão Nacional para a Reestruturação do Setor Petrolífero com vias a incentivar a produção e exploração do petróleo, visivelmente a única opção de geração de renda de que a economia angolana dispunha diante do novo cenário político. Assim, o discurso inicial do MPLA, relacionado ao movimento nacionalista de meados dos anos 1970, enfraqueceu-se quando várias das empresas que atuavam localmente na exploração de petróleo abandonaram o país, deixando infraestrutura e mão de obra para trás (OLIVEIRA, 2007).

Uma das medidas a serem tomadas pela Comissão foi, então, a negociação para a volta ao território angolano de algumas das empresas de maior relevância no setor petrolífero. Como consequência, em 1976, a CABGOC retornou ao país e passou a dividir com o MPLA consideráveis quantias de royalties provindos da exploração e exportação de petróleo. Além desta, outras companhias foram encorajadas a retornarem, tais quais a Texaco e a Petrofina (OLIVEIRA, 2007).

No entanto, houve uma exceção neste processo. Em 1976, o MPLA nacionalizou a ANGOL Sociedade de Lubrificantes e Combustíveis, uma subsidiária portuguesa da empresa SACOR, e criou, através do Decreto nº52/76 da Presidência da República, a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, a Sonangol (SONANGOL, 2016). A Sonangol é uma empresa estatal de petróleo que atua como supervisora da exploração de todos os hidrocarbonetos do país (SOMMERVILLE, 1986) – através dos artigos 11º e 16º das Constituições de 1976 e de 2010, respectivamente (PEGADO, 2012, p.149) -, como concessionária exclusiva da exploração de petróleo, como arrecadadora de impostos e como

⁷Chama-se de onshore a exploração de petróleo que ocorre na porção continental e, portanto, em terra.

reguladora do setor petrolífero (OLIVEIRA, 2016). Para Pegado (2012, p.144), “o tratamento dado à questão petrolífera, com decretos-lei emanados diretamente da Presidência da República, demonstra como este recurso, desde o início, é tido como vital e estratégico para o Estado angolano”.

Ao longo dos anos, a Sonangol foi transformando-se, cada vez mais, na entidade doméstica líder da política econômica angolana. Isso porque criou, de acordo com Oliveira (2007), um quadro favorável de investimentos diversificados no setor petrolífero de Angola. Assim, verificou-se, ao longo da década de 80, o restabelecimento e a própria superação dos níveis de produção de petróleo àqueles do período colonial. Durante a década de 90 – com a transição política e adoção de práticas mais próximas do neoliberalismo econômico -, percebeu-se um aumento no interesse pelas pesquisas em águas profundas e águas ultra profundas de Angola, que teve como consequência a descoberta, em 1996, pela francesa Elf-Aquitaine, do Campo Girassol em águas ultra profundas angolanas (OLIVEIRA, 2007). Ademais, a empresa estatal criou e desenvolveu, com o tempo, parcerias estratégicas para a sua expansão e para o crescimento da economia de Angolana, fato verificado na elaboração de um amplo sistema empresarial que conta, atualmente, com mais de 30 subsidiárias e empresas afiliadas (SONANGOL, 2016), o que resultou na transformação da empresa em um *holding*, denominado Grupo Sonangol ou Sonangol EP. Graças a essa realidade, além de ser a principal financiadora do governo, a Sonangol auxilia no desenvolvimento de outras áreas da economia, cujo incentivo privado não é tão significativo. Assim, contribui, para além do setor petrolífero, nas áreas de finanças, seguros, gestão de riscos, educação, aviação, formação profissional, comunicação, serviços imobiliários e saúde (FILHO; CHIMBULO, 2014, p.103).

Durante os anos 2000, a Sonangol continua a exercer papel relevante para a economia de Angola. Assim, nota-se: (i) em 2003, a autorização para que prospecte e produza hidrocarbonetos no Bloco 03 da faixa Atlântica; (ii) em 2005, sua internacionalização através da abertura de postos de abastecimento em Portugal; (iii) em 2009, o licenciamento para a construção de unidades da Refinaria do Lobito; (iv) em 2011, a assinatura de contratos que partilharam a produção dos Blocos do pré-sal angolano; (v) em 2012, a primeira descoberta, pela empresa, de petróleo na camada de pré-sal de Angola, cujas reservas são estimadas em 30 bilhões de barris; e (vi) em 2013, a primeira entrega de Angola de gás natural liquefeito (SONANGOL, 2016). É válido destacar, ainda, a entrada de Angola na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 2007, tendo presidido o organismo em 2009 (ALMEIDA, 2011).

Com relação aos maiores centros de produção de petróleo angolano, Pegado (2012) destaca fortemente o papel particular desempenhado pela cidade de Malongo, em Cabinda. Segundo a autora, tanto a Sonangol quanto as mais importantes empresas de petróleo atuantes em Angola operam em Malongo, especificamente no alto-mar (offshore), em plataformas de petróleo. Sommerville (1986) já atestava, durante seus estudos na década de 80, que a Sonangol compartilhava sua produção com a CABGOC e administrava as maiores reservas de petróleo na cidade de Malongo. Assim, de acordo com Aida Pegado (2012), Malongo é “o centro nevrálgico do petróleo” de Angola por sua importância geoestratégica. A autora ainda complementa:

Malongo é a fonte de onde provém parte substancial das receitas que sustentam a economia angolana, contudo, é um espaço autônomo em relação às estruturas internas do poder central. A sua construção, gestão, manutenção e exploração dependem de uma constelação de países e de técnicos, profissionais altamente qualificados de diferentes áreas e nacionalidades, constituindo uma “cidade global” no seio do Estado angolano (PEGADO, 2012).

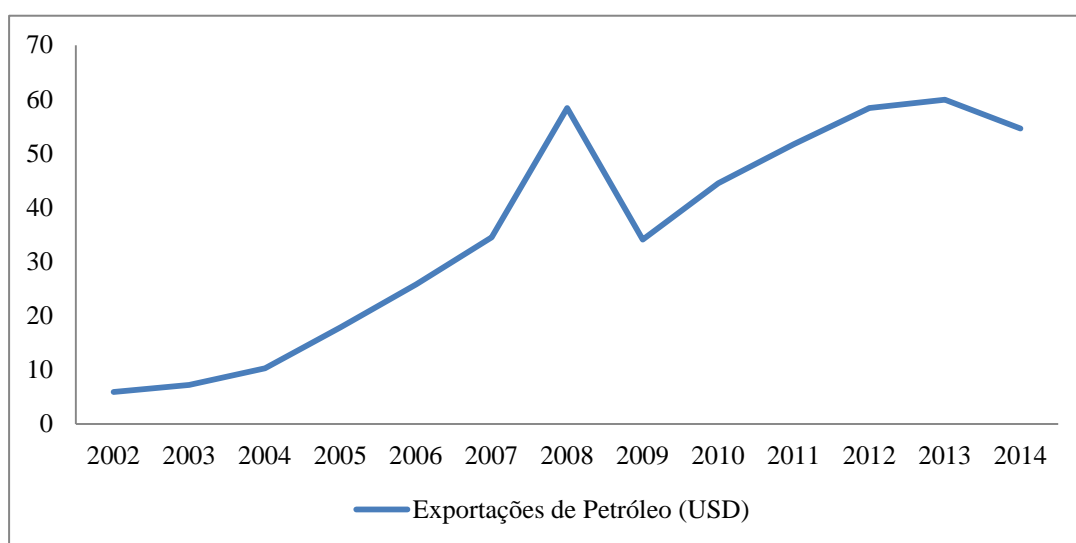
Nos últimos anos – mais especificamente após o fim da Guerra Civil de Angola, em 2002 -, a paz e a estabilidade foram sentidas também na economia do país. Em relação ao setor petrolífero, percebe-se um período de grande prosperidade para a produção e exportações de petróleo entre os anos de 2003 e de 2008, como pode ser verificado nas Figuras 3 e 4, resultado direto do aumento tanto da demanda quanto dos preços do produto. Em 2009, como consequência da crise financeira internacional, o nível de produção e de exportações do petróleo angolano sofreu uma queda significativa, fato relacionado com o aumento do seu preço internacional. No entanto, voltou a recuperar-se nos anos seguintes e, desde 2013, está com nova tendência de queda (ROCHA, 2014). Para Rocha (2014), um dos grandes motivos para essa nova tendência é a demora do governo angolano em investir em políticas de diversificação da economia e depender tão fortemente de um recurso financeiro como o petróleo.

Figura 3: Produção total de petróleo bruto angolano (em barris por dia)



Fonte: TRANDING ECONOMICS, 2016

Figura 4: Exportação total de petróleo bruto angolano (em bilhões de dólares)



Fonte: baseado em dados fornecidos pelo THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2016.

É importante ressaltar, ainda, que, desde 2002, a China e os Estados Unidos estão entre os três principais destinos das exportações de petróleo bruto angolano, com variações para o terceiro país: de 2002 a 2008 sendo a França e de 2009 a 2015 sendo a Índia. Porém, desde 2007, a China assume a liderança como principal importador, tendo sua participação aumentado significativamente ao longo dos anos (em 2007, por exemplo, 35% das exportações de petróleo bruto angolano eram destinados ao país, enquanto que em 2014 este número aumentou para 53% - THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY,

2016). Este fato é reflexo da política chinesa para a África e de sua parceria com Estados estratégicos como Angola, a serem mais bem analisados posteriormente.

Assim, é interessante pontuar que o petróleo é o grande protagonista na economia de Angola, atingindo, nos últimos anos, sempre mais de 90% de participação no total das exportações angolanas (FILHO; CHIMBULO, 2014, p.103), provando-se o recurso mais estratégico ao país e ao seu desenvolvimento como potência.

3.3.2 Demais recursos

Apesar de o petróleo ser o recurso de importância estratégica mais relevante a Angola, há outros disponíveis no país. Sendo assim, é importante considerar, também, a existência de grandes reservas de gás natural, de minerais e hidrográficas, bem como da segunda maior floresta do mundo (sendo a primeira a Floresta Amazônica), a de Maiombe, cuja diversidade fornece a Angola tanto variados tipos de madeira quanto diferentes produtos agrícolas (PEGADO, 2014; GINGA, 2014). Há de se mencionar, ainda, a grande quantidade de terras agriculturáveis dispostas no país: cerca de 45% (CIA WORLD FACTBOOK, 2016), cuja potencialidade pode ser explorada, conforme Grilo (2009), para a produção de biocombustíveis.

Entre os minerais disponíveis em Angola, aquele que se destaca mais fortemente é o diamante. Atualmente, o país encontra-se como quarto maior produtor mundial de diamantes e conta com este recurso como seu segundo maior produto de exportação (CIA WORLD FACTBOOK, 2016; THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2016). Durante o período colonial, foi criada em Angola a empresa mista Diamang, responsável por administrar a produção diamantífera do país. Em 1981, no entanto, é criada, pelo Estado angolano, a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (ENDIAMA), sucessora da Diamang, oficialmente dissolvida em 1988. A ENDIAMA é uma empresa voltada às áreas de prospecção, exploração, lapidação e comercialização dos diamantes angolanos, atuando como “concessionária exclusiva dos direitos mineiros no domínio dos diamantes” (ENDIAMA, 2016). Desde 2003, a ENDIAMA vem investindo em ampliar sua atuação no setor diamantífero, institucionalizando-se através da aceitação e criação de diferentes projetos (como o Processo Kimberley⁸) e organismos internos. Dada a grande quantidade de diamantes disponíveis em Angola – o país conta com reservas aluviais de 40 a 130 milhões de

⁸O processo Kimberley possibilita a certificação de origem dos diamantes, dificultando sua exploração e comercialização ilegais e, conseqüentemente, conflitos advindos dessa prática ilícita. Em Angola foi adotado em 2000 pela ENDIAMA (CASTELLANO, 2015; ENDIAMA, 2016).

quilates (GINGA, 2014) – há expectativas de que sua participação na economia angolana cresça com o passar dos anos.

Além dos diamantes, pode-se citar o considerável potencial das abundantes reservas hidrográficas ao considerarem-se suas capacidades energéticas, que possibilitam, por exemplo, a atuação de hidroelétricas – para Grilo (2009), Angola apresenta condições suficientes de tornar-se o principal exportador de energia hidroelétrica para a África Subsaariana - e de abastecimento de recursos hídricos para a população. Igualmente relevantes são as reservas que Angola possui de gás natural, cuja exploração acompanha as descobertas do setor petrolífero e tem contribuído paulatinamente para o desenvolvimento econômico do país. Por fim, há de se considerar as reservas de minério de ferro, ouro, fosfato, bauxita, cobre, zinco, urânio, enxofre, potássio, granito, mármore, calcário, asfalto, gesso, entre outros (PEGADO, 2014), que garantem a Angola uma rica gama de minérios e consequentemente, de potencialidades.

3.4 Capacidades militares de Angola

Durante os anos que antecederam a independência de Angola em relação a Portugal, três eram as forças militares de atuação no país: as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), pertencentes ao MPLA; as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), ligadas à UNITA; e o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), integrante da FNLA. Após 1975, essas forças passaram a atuar como instrumentos da Guerra Civil de Angola, até que, na década de 90, após firmarem-se os acordos de Bicesse⁹, foram unificadas. Dessa fusão nasceram as Forças Armadas Angolanas (FAA), em 1991 (PEGADO, 2014).

Para Castellano (2015), o fato de Angola ter vivenciado por tantos anos um conflito civil que impunha a presença de guerrilhas internas¹⁰, operando tanto em território nacional quanto em territórios vizinhos, legitimou os gastos do país em defesa e a elaboração de forças armadas poderosas. Assim, a experiência da guerra civil possibilitou às FAA capacidade suficiente para agir em situações de enfrentamento a ameaças regulares e irregulares.

⁹Os acordos de Bicesse ocorreram no contexto da Guerra Fria e foram assinados pelos então líderes do MPLA e da UNITA, Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, respectivamente. Estes acordos continham princípios que deveriam consagrar a paz entre as duas partes. Eles foram supervisionados por Estados Unidos, Portugal e Rússia (ALMEIDA, 2011).

¹⁰Tática recorrentemente utilizada pela UNITA durante a guerra civil; pode ser classificada como uma estratégia de batalha irregular.

Conforme defendem Castellano da Silva e Brancher (2015, p. 27), podem-se citar, no caso das ameaças convencionais:

i) as SADF (*South African Defence Force*) da época do *apartheid*, quando atuavam em suporte da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), (ii) a própria UNITA em batalhas que adotava táticas regulares e (iii) as tropas ruandesas durante a Segunda Guerra do Congo.

Castellano (2015) defende, ainda, que, durante a guerra civil, Angola acabou por desenvolver uma das Forças Armadas mais robustas do continente africano, estando esta nos territórios de três dos quatro países com que faz fronteira até 2002. Além disso, entre 1987 e 1988, Angola enfrentou, com as FAPLA, o exército sul-africano na batalha no Cuito Cuanavale¹¹, saindo vitoriosa e, por isso, extremamente fortalecida diante do restante da região sul-africana e do continente como um todo (PEGADO, 2014).

Com o fim a Guerra Fria e o advento da revolução informacional, sentiu-se a necessidade de modernizar as FAA (CASTELLANO, 2015; PEGADO, 2014). Além disso, o enfrentamento constante com a UNITA exigia determinadas medidas nesse sentido, fato que resultou na compra de novos equipamentos, novos programas de treinamento e modernização da doutrina vigente. Este processo de renovação das FAA foi possível graças o relativo aumento dos preços do petróleo, em 1999, cujos ganhos foram parcialmente repassados à defesa de Angola¹².

Ainda durante a década de 1990, foi lançada a Agenda pela Paz pelo então Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, como forma de sugerir a todos os países que investissem em suas Forças Armadas para combater as novas ameaças existentes no mundo globalizado, quais seriam: armas de destruição massiva; fundamentalismos; terrorismo; narcotráfico; migrações forçadas; disputa pelo controle de recursos; e a nível virtual, a guerra informática ou cibernética (PEGADO, 2014, p. 165). Como defende Bernardino (2015), a assinatura de paz em 2002 entre o MPLA e a UNITA contribuiu não apenas para a definição de novos rumos e estabilidade a Angola, mas também para reforçar as capacidades das FAA e enquadrá-la às essas novas realidades que ameaçam a segurança interna do país. Para tanto, segundo o autor (p.173-4) a Política de Defesa Nacional de Angola criou determinadas linhas

¹¹ A batalha no Cuito Cuanavale teve suas origens no conflito civil angolano, que opunha o MPLA e a UNITA. Contou com a participação da União Soviética em apoio ao governo de Angola e às FAPLA e das Forças de Defesa Sul- Africanas, à época sob o regime segregacionista do *apartheid*.

¹² Durante grande parte do conflito civil angolano, os lucros advindos da produção e exportação de petróleo eram destinados ao investimento na defesa do país contra as forças insurgentes.

de ação para as FAA que foquem na sua inserção no contexto regional como meio de enfrentar os novos desafios transnacionais existentes:

- Consolidar e sustentar um modelo de profissionalização das Forças Armadas, garantindo a sustentabilidade baseada em recursos humanos profissionais e qualificados, procurando que a experiência operacional se apresente apelativa e que contribua para a operacionalidade das FAA;
- Modernizar os equipamentos e as infraestruturas no intuito de contribuir para a interoperabilidade, adequando-se às novas missões, necessidades e exigências; nomeadamente, através da presença em missões militares internacionais. Nesse sentido, constitui-se como prioridade a revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, apontando para uma maior intervenção regional no contexto das ORA¹³ e das Organizações Internacionais;
- Efetivar e fomentar a Reestruturação da Estrutura Superior da Defesa Nacional, concretizando a reforma da legislação na área da defesa, nomeadamente, as Leis de Bases das Forças Armadas e o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, concorrendo para a valorização da condição militar e contribuindo para a desejada profissionalização das FAA ;
- Dignificar a função militar, reconhecendo e valorizando a profissão militar no quadro das funções do Estado e incentivando (financeiramente, prestígio e valorização para a função e para a carreira) a participação nas missões de Forças Armadas Angolanas Destacadas;
- Garantir a sustentação do orçamento da defesa nacional no sentido de definir uma política orçamental que assegure um investimento sustentado na área da defesa e das FFAA, com vistas ao cumprimento dos compromissos internacionais do Estado;

É importante destacar, ainda, a ação conjunta das três forças militares que compõem as FAA: o Exército, a Aeronáutica e a Marinha. Para Pegado (2014, p.164-171), as três forças juntas representam o potencial estratégico nacional. Nesse sentido, a autora analisa, separadamente, os avanços e perspectivas de cada uma, destacando suas potencialidades:

- (i) O Exército angolano conta, desde 1996, com a Escola Superior de Guerra, responsável, para além da formação de efetivos para as FAA, pela capacitação de elementos para trabalhar junto à Polícia Nacional, bem como de militares advindos de países-membros de organismos regionais que Angola também integra, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade Económica de Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Atualmente, existe uma gama de estudiosos incumbidos de produzir cientificamente na área de investigação militar, com o objetivo de gerar capacidades militares suficientes que resultem na operacionalidade das Forças Armadas em conjunto.

¹³ Organizações Regionais Africanas*

- (ii) A Aeronáutica angolana, criada a partir das estruturas deixadas pelo domínio português na fase colonial de Angola, modernizou-se na medida do possível com formação de pilotos e aquisição de variados tipos de aviões. Entre alguns pontos de sua missão está a necessidade de auxiliar a ação das tropas terrestres tanto em momentos de combate quanto na proteção de civis e no transporte de suprimentos.
- (iii) A Marinha de Guerra de Angola (MGA), assim como as Forças Áreas Angolanas (FAA) remonta ao período colonial vivenciado pelo país. Tem como objetivo principal defender as águas territoriais angolanas e fronteiras marítimas, englobando, assim, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE)¹⁴ de Angola. Com o fim do conflito civil, a MGA precisou (e ainda precisa) passar por um processo de modernização com vistas a proteger a extensa costa do Estado angolano e seus recursos naturais e estratégicos, tão abundantes em zonas marítimas e dos quais a economia do país depende fortemente. Para tanto, foi idealizado pelo governo angolano um programa de modernização com duração de dez anos, compreendendo o período 2012-2022. Faz parte desse processo de modernização, também, a criação de um Instituto Superior Naval de Guerra e de uma Academia Naval. Para além de todos esses esforços, destaca-se igualmente o papel relevante exercido pela cooperação estratégica de Angola com diferentes países, intencionando promover trocas no aprendizado de efetivos, de “obter meios navais e de assegurar o controle de posições estratégicas no mar”. Assim, afirma-se parceria com países africanos pertencentes à CPLP, à SADC e à CEEAC, bem como com os Estados Unidos e com a Alemanha.

Castellano da Silva e Brancher (2015) defendem, através de uma análise do inventário comparado entre Angola e África do Sul, apresentado pelo Quadro 3, que, apesar de existir superioridade sul-africana tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, Angola, desde o início dos anos 2000, vem acompanhando os ritmos econômicos da África do Sul e por isso desponta no âmbito militar. Como consequência, segundo os autores, Angola destaca-se entre os demais países da África Austral, em grande parte devido ao dinamismo que suas forças terrestres (superiores às da África do Sul) adquiriram com a experiência em combates

¹⁴Zona Econômica Exclusiva é uma faixa marítima de 200 milhas que pode ser explorada por seu respectivo país costeiro. Esse conceito foi criado em 1982 pela Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar (PEGADO, 2014).

regulares e irregulares, “que garantem as bases materiais para o posto de potência regional” (p.29). Além disso, a despeito do maior número de efetivos militares sul-africanos, algumas das aquisições angolanas são superiores às da África do Sul: é o caso, por exemplo, dos caças Sukhoi Su- 27 Flanker, mais eficientes na velocidade, autonomia de voo, serviço de teto e capacidade de carga quando comparados aos caças JAS39D Gripen da África do Sul, e dos tanques de guerra MBTs T-72, que possuem armamento maior do que os sul-africanos Olifant Mk IA (CASTELLANO; BRANCHER, 2015).

Quadro 1 – Inventário comparado entre Angola e África do Sul

INVENTÁRIO	ANGOLA	ÁFRICA DO SUL
Contingente das Forças Armadas	107.000	62.100
Exército	100.000	37.150
Tanques (MBTs)	300	34
Blindados	1.030	1.426
Artilharia	1.408	1.255
Defesa Antitanque	500	159
Defesa Antiaérea	950	76
Marinha	1.000	6.250
Submarinos Táticos de Patrulha	0	3
Fragatas	0	4
Embarcações de Patrulha Costeira	22	6
Defesa Costeira	1	6
Contramedidas de Minas	0	6
Embarcações de Desembarque	0	2
Força Aérea	6.000	10.650
Aviões	83	50
Multifunção	0	0
Caça	24	0
Ataque	34	26
Transporte	50	35
Treinamento	39	74
Utilidade	0	0
Helicópteros	105	91
Assalto	0	0
Ataque	44	11
Apoio	8	76
Multifunção	53	4

Fonte: Castellano da Silva e Brancher (2015)

Seguindo a linha comparativa, é válido mencionar que, quando postos lado a lado os efetivos militares também dos países da África Central, percebe-se claramente a supremacia da República Democrática do Congo. No entanto, este fato decorre, em primeiro lugar, do grande contingente populacional existente no país (PEGADO, 2014) e, em segundo, das Forças Armadas congoleesas terem passado, em 2008, por uma expansão substancial, decorrente da incorporação dos beligerantes da Segunda Guerra do Congo e de conflitos subsequentes (CASTELLANO; BRANCHER, 2015). Tendo esses dados em vista, observa-se que Angola desponta, também na região central do continente africano, como um Estado detentor de potenciais militares significativos.

Além da análise dos efetivos, é interessante, também, analisar-se os dispêndios militares realizados por Angola desde 2002. Assim, conforme se observa na Figura 5, teve-se, em geral, um amplo crescimento nos investimentos angolanos em força militar nos últimos anos, verificando-se ponto alto em 2014, quando, segundo Castellano e Brancher (2015), Angola conseguiu ultrapassar pelo segundo ano consecutivo os gastos militares de todos os países da África Austral, inclusive os da África do Sul. A tendência de queda entre 2014 e 2015 acompanha a queda das exportações do petróleo no mesmo período. Mesmo assim, os valores para 2015 ainda são superiores aos da África do Sul (TRADING ECONOMICS, 2016).

Figura 5 – Gastos militares angolanos (em milhões de dólares)



Fonte: INDEXIMUNDI, 2016.

Por fim, é importante lembrar que muito do desenvolvimento das Forças Armadas Angolanas se deu por seu envolvimento em conflitos de países vizinhos, como os dos Grandes Lagos, região instável na qual Angola busca atuar como promotora da paz, fato

que segundo Bernardino (2015) rendeu às FAA prestígio regional e internacional. De acordo com Pegado (2014), conforme defende na sua “Agenda Angola 2025” e no “Programa 2012-2017”, Angola pretende incentivar na região dos Grandes Lagos estabilidade duradoura. É válido lembrar, também, que no âmbito da CEEAC Angola foi responsável pela criação de um Centro de Operações de Paz de nível tático. Além disso, o país assumiu a obrigação de fazer parte das Forças Africanas em Alerta (FAeA), um mecanismo idealizado para promover a segurança coletiva africana. Assim, de acordo com Bernadino (2015, p.176):

Quanto à preparação das forças, constata-se que as FAA têm feito parte dos efetivos que integram estes compromissos regionais, operando com base na doutrina (possível) da ONU (e da UA¹⁵), visando a integração e emprego no quadro das FAeA regionais, o que implica também ter uma doutrina nacional consolidada e a realização de treinos e exercícios operacionais onde permita criar e desenvolver as capacidades para emprego conjunto de uma força-tarefa africana no contexto regional. Aspeto que Angola e as suas FA têm desenvolvido na vertente regional.

Essas atitudes estão em consonância com o papel que o país terá de exercer junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, visto que em 2015 assumiu o posto de membro-não permanente deste órgão e revelam a capacidade e potencialidade de suas Forças Armadas como elemento definidor de sua ascensão à condição de Potência Regional Africana.

¹⁵ União Africana.

4 AS RELAÇÕES INTERREGIONAIS DE ANGOLA

Como mencionado no primeiro capítulo, muitas das estruturas africanas foram impostas através do processo de colonização europeu. Seguindo essa linha, verifica-se, também, a expectativa de que os Estados da África relacionem-se uns com os outros tendo como exemplo os processos de integração pelos quais a Europa passou. Com isso, negligencia-se, mais uma vez, as dinâmicas e características próprias tanto do continente quanto das interações existentes entre seus Estados.

Söderbaum (2003, p.1), afirma que sob o arcabouço das teorias tradicionais a respeito do regionalismo africano, este é visto, geralmente, como primitivo e composto por organizações falidas e fracas, com pouco grau de integração econômica. Para o autor, esse tipo de abordagem acaba por ignorar os intensos processos de regionalização africana. Assim, complementa: “o nexos da sociedade-Estado africana é baseado em múltiplos atores que são ligados uns aos outros através de coalizões e redes híbridas, criando juntos uma ampla corrente de complexos padrões de regionalização pelo continente” (tradução própria).

Assim, ao desenvolver o conceito de Novo Regionalismo Africano (NRA), Söderbaum (2003) busca ampliar a ideia de regionalismo para a África, deslocando a atenção exclusiva que o Estado recebe – sem, contudo, ignorar sua validade e relevância para mecanismos de regionalização - e analisando, também, as interações existentes entre outros meios de integração, como corporações transnacionais, sociedades civis, exércitos privados, etc, que criam os regionalismos informais ou “regionalismos vindos de baixo”. Ademais, para o autor, vivencia-se, atualmente a “era pós 11 de setembro de 2001”, em que, mais do que nunca, a globalização e a regionalização estão intimamente conectadas:

Não existem regiões “naturais” ou “dadas”, mas sim construídas, desconstruídas e reconstruídas – intencionalmente e às vezes até mesmo sem intenção- no processo de transformação global realizado pela ação coletiva humana e pela formação de identidade (p.6; tradução própria).

Esta ideia pode ser claramente verificada quando considerados os diferentes blocos regionais e/ou econômicos existentes atualmente, que transcendem barreiras físicas e atuam em prol de interesses comuns de seus países-membros. Na própria África, por exemplo, alguns Estados que compõem geograficamente a porção sul do continente participam de comunidades

econômicas da África central, por possuírem objetivos comuns e acreditarem serem interessantes aos seus desenvolvimentos as propostas levantadas por aqueles outros países.

Por fim, salienta o autor que, da mesma forma que as interações regionais podem ser benéficas aos Estados, também podem ser conflitivas, exploratórias e afirmativas enquanto relações de poder. Assim, defende que o regionalismo tal como é em geral pregado – sob os padrões europeus - deve ser problematizado e estudado para se compreender em que medida é ou não saudável a determinado país e aos seu desenvolvimento interno.

Todas as capacidades que Angola possui, anteriormente descritas, são de certa forma aproveitadas pelo país para promover sua projeção através de regionalismos. Nesse sentido, o país utiliza-se de sua localização estratégica e privilegiada – que o conecta a três regiões distintas na África, a dizer a África Austral, a África Central e em parte a África Ocidental – para participar de diferentes projetos de integração regional, fato que lhe garante a expansão de suas capacidades e influência pelo continente africano e o atendimento de muitos de seus interesses.

Há de se mencionar, ainda, que a Política Externa angolana para seus parceiros regionais é focada em grande parte na manutenção da ordem interna do país e, por isso, muito vinculada a questões de securitização da ordem regional: não havendo conflitos em Estados vizinhos, ameaças nas fronteiras são mais raras e a estabilidade interna é mantida. Dessa forma, percebe-se um grande envolvimento de Angola em projetos voltados para a manutenção da paz, de defesa e de segurança e que possibilitem ao país utilizar, também, de seus conhecimentos militares, muitas vezes superiores aos de seus parceiros regionais, dado o seu passado de conflitos históricos.

Como consequência destes aspectos, neste capítulo se objetiva observar a participação de Angola em organismos regionais relevantes que possibilitem a comprovação de que, mesmo diante de Estados concorrentes, o país mantém e afirma sua projeção e ascensão como Potência Regional Africana, influenciando comportamentos e políticas vizinhas e extracontinentais.

4.1 Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

A porção sul do continente africano abrange países de diferentes colonizações (portuguesa, holandesa, inglesa, francesa) e, portanto, de diferentes culturas e níveis de desenvolvimento econômico, afinal, muitas das capacidades a serem exploradas pelos Estados

africanos ainda são muito debilitadas em função de seus processos de descolonização. Alguns países que fazem parte desta região podem ser banhados pelos Oceanos Atlântico, à costa ocidental, e Índico, à costa oriental, enquanto que outros não possuem acesso ao mar. Com o objetivo de fortalecer sua cooperação e integração, parte dos países da África Austral se propuseram a formar uma organização africana própria, que atendesse aos seus interesses e primasse por objetivos que fossem particulares à região. Deste processo nasceu a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A SADC tem suas origens no grupo de países que compunham os Estados da Linha de Frente¹⁶, a primeira cooperação regional da África Austral (1977) e que se posicionava contrária aos governos racistas da região, a dizer, aqueles apoiadores do regime segregacionista do *apartheid* sul-africano. Na década de 80, ampliou seu escopo ao adicionar em sua agenda o tópico da integração regional e passou a se chamar *Southern Africa Development Coordination Conference* ou Conferência para Cooperação e Desenvolvimento da África Austral, a SADCC. Somente em 1992, quando a Namíbia tornou-se um Estado-membro, a SADCC passou a ser a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), sendo a África do Sul incorporada à organização em 1994, com o fim do *apartheid* (CASTELLANO; BRANCHER, 2015). Os atuais membros da SADC são: África do Sul, Angola, Botsuana, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Entre os principais objetivos da SADC estão:

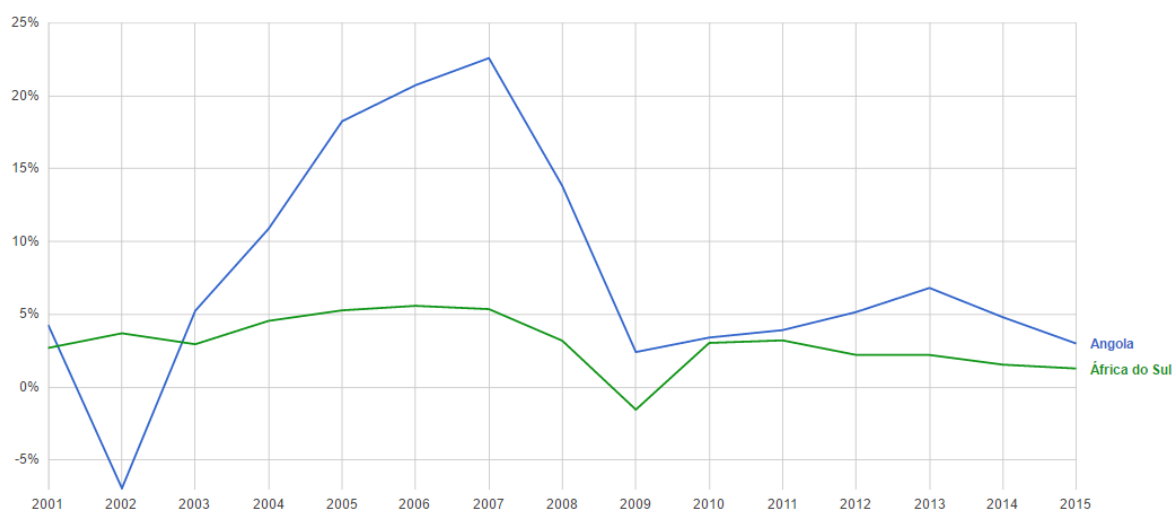
- a. Promover e preservar a paz e a segurança na região;
- b. Alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico, reduzir a pobreza, melhorar a qualidade de vida da população da África Austral e apoiar os povos menos favorecidos através da integração regional;
- c. Promover e maximizar o emprego gerador de riqueza e a utilização dos recursos da região;
- d. Alcançar a utilização sustentada dos recursos naturais e a proteção efetiva da região;
- e. Expandir os valores, sistemas e instituições políticas comuns e,
- f. Favorecer e consolidar afinidades e laços históricos, sociais e culturais há muito existentes entre as populações da região (ALMEIDA, 2011, p.126).

Angola, por fazer parte da SADC desde sua fundação, possui certo prestígio entre os países-membros da organização, especialmente após 2002, quando, baseada na política interna adotada pelo governo após o fim do conflito civil, sua economia cresceu vertiginosamente quando comparada as dos demais Estados, sendo este crescimento,

¹⁶Era composto por Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

inclusive, superior ao da economia mais forte do bloco, a da África do Sul. Assim, percebe-se que, apesar do PIB sul-africano ser comparativamente maior do que o angolano, a taxa de crescimento do PIB de Angola é superior ao do PIB sul-africano, como pode ser observado na Figura 5. Como visto anteriormente, isso se deve, em grande parte, ao crescimento das exportações de petróleo em Angola, que é, inclusive, o maior produtor de petróleo da SADC e que contribui com aproximadamente 17,6 % do PIB total da organização.

Figura 6: Taxa de crescimento dos PIBs de África do Sul e Angola (em %)



Fonte: Google Public Data – Baseado em dados do Banco Mundial, 2016.

Tendo como uma de suas maiores preocupações a questão securitária na região (CASTELLANO, 2015; ALVES, 2013) é interessante destacar o papel que Angola exerce no âmbito da SADC para ter seus interesses bem atendidos. Assim, a atuação do país na força militar de prevenção conjunta da organização, a *Standby Brigade* ou Brigada de Alerta, além de interagir com outros países através de exercícios militares comuns (ALMEIDA, 2011), bem como sua proposta de criação de um pacto de não agressão entre os Estados-membros durante sua gestão da organização (ALVES, 2013), reforçam suas intenções de cooperar em prol da estabilidade, segurança e defesa da porção Austral da África.

Reforça-se, assim, a ação internacional angolana em alguns impasses regionais - fato que leva seus vizinhos a enxergarem o país como um parceiro na busca por estabilidade e segurança (CASTELLANO, 2015) - como os ocorridos na República Democrática do

Congo¹⁷, em que Angola se posicionou favorável a soluções de segurança prestando auxílio militar, elucidando como sua diplomacia estava ativa e atenta (ALMEIDA, 2011). Há ainda de se mencionar a ocupação da presidência rotativa da SADC por Angola em 2002, apontada por Alves (2013) como uma iniciativa com vias a desenvolver ações político-diplomáticas e reforçar os interesses do país em participar de organismos regionais.

No entanto, é importante frisar que, muito dessa política externa angolana que a leva a reclamar pela segurança regional, tem suas raízes no desejo do país em não desestabilizar-se internamente como resultado de conflitos externos e principalmente fronteiriços, visto o passado de ameaças que a ação da UNITA e sua influência sobre países vizinhos representaram ao desenvolvimento do país (CASTELLANO, 2015). Essa atitude mais voltada para dentro das próprias fronteiras é analisada, por Castellano e Brancher (2015) como um certo isolacionismo regional, principalmente quando consideradas as prioridades da política externa do país explanadas pelo Presidente Eduardo dos Santos, cuja ação diplomática é extremamente relevante e considerada pela comunidade regional e internacional, em que a integração com a África Austral não é sequer mencionada. Esse fato pode colocar em xeque o papel que o país busca na região, principalmente quando considerada a existência de outro Estado com influência regional e internacional consolidada: a África do Sul.

Nesse sentido se destaca o estudo analisado por Castellano (2012) de que existe entre os estudiosos de relações internacionais, e especialmente entre os teóricos da disciplina, uma tendência a aceitar a África Austral como unipolar, sendo a África do Sul a líder da região, de acordo com critérios como capacidades e comportamentos. Partindo-se desse pressuposto, o autor analisa tanto a atuação sul-africana quanto a angolana na região baseado na teoria neorrealista, ou seja, envolvendo prioritariamente suas capacidades, sem, contudo, desmerecer a importância do aspecto comportamental dos países. Como consequência, conclui que, apesar das diferentes expectativas em relação ao futuro da organização e da dúvida existente sobre um possível confronto direto entre os dois países pela hegemonia regional, Angola possui atualmente condições crescentes de projetar seu poder, dada sua taxa de crescimento econômico, suas capacidades militares e seus recursos estratégicos disponíveis.

Por esses motivos, acredita-se que na África Austral e, conseqüentemente, na SADC, uma configuração próxima a uma bipolaridade não equilibrada exista: a África do Sul permanece se afirmando como a principal força política e econômica da região, sendo

¹⁷A Segunda Guerra do Congo ocorreu entre 1998 e 2003 e foi resultado da ascensão ao poder do país por um governo transitório. Este foi conflito mais violento da história moderna africana, com milhares de mortes, feridos, refugiados e crimes de guerra.

superior a qualquer outro Estado e influenciando muitos países vizinhos, especialmente diante da política regional angolana, ainda muito direcionada pela sua necessidade de estabilidade interna. Contudo, essa posição é ameaçada pelo crescimento da economia de Angola, que possibilita a este país um novo espaço no cenário regional, ainda não equivalente ao que ocupa a África do Sul, mas já significativo o suficiente para que seja apontada como a segunda maior economia da região, influenciando também algumas das dinâmicas regionais e em parte as relações que possui com seus vizinhos.

Assim sendo, percebe-se que a projeção de poder de Angola na SADC enfrenta um principal desafio, qual seja a necessidade do país de ampliar sua atuação na organização, de modo a tornar-se efetivamente um líder regional, com capacidades ainda maiores e suficientes para contrabalancear a supremacia sul-africana. Para tanto, espera-se que o país envolva-se ainda mais nas questões da região, não apenas para atender aos seus interesses internos relacionados à estabilidade, mas também para adquirir influência adicional nas relações com seus vizinhos, especialmente aqueles situados na porção leste do continente e, portanto, mais distantes geograficamente do país e próximos da África do Sul¹⁸.

Mapa 2: SADC



Fonte: dos Santos, 2015.

¹⁸Este é o caso, por exemplo, de Moçambique, que, apesar de parceiro de Angola junto à CPLP, atua historicamente junto à África do Sul.

4.2 Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC)

A África central reúne um conjunto diverso de países. Geograficamente, os mais centrais do continente africano são o Chade, a República Centro Africana e a República Democrática do Congo, que não possuem saída para o mar. No entanto, por alguns fatores, como aspectos históricos, políticos e econômicos, outros Estados são denominados centrais ou parte desta porção regional da África. Por esses motivos, uniram-se em projetos de integração regional, que culminou na criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC).

A CEEAC surgiu, em 1983, da união de outras duas organizações existentes à época, a União Aduaneira e Econômica da África Central (UAEAC) e o Grupo Econômico dos Países dos Grandes Lagos (GEPGL). Angola permaneceu como membro observador da CEEAC de 1983 a 1999, quando integrou oficialmente a organização (AFRICAN UNION, 2016). Atualmente, são membros da CEEAC: Angola, Burundi, Camarões, Chade, Guiné-Equatorial, República do Congo, República Democrática do Congo (RDC), República Centro-Africana, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

O grande objetivo deste novo organismo regional era o desenvolvimento econômico, social e cultural dos países-membros, além da criação de um mercado comum (GINGA, 2014). Ademais, havia a busca por promover uma cooperação harmoniosa e forte entre os Estados-membros com vias a atingir esse desenvolvimento equilibrado principalmente nos campos da indústria, transporte e comunicações, energia, agricultura, comércio de recursos naturais, aspectos monetários e financeiros, recursos humanos, turismo, educação, ciência e tecnologia e o movimento de pessoas. Atingir essas metas representa, para a CEEAC:

- (i) Eliminar as tarifas aduaneiras e quaisquer outros custos que tenham similar influência sobre as importações e exportações entre os países-membros;
- (ii) Abolir considerável quantidade de restrições e outras barreiras comerciais;
- (iii) Estabelecer e manter uma tarifa de comércio comum;
- (iv) Estabelecer uma política de comércio vis-à-vis com Estados não pertencentes ao bloco;
- (v) Remover progressivamente as barreiras existentes entre os Estados-membros à livre circulação de pessoas, bens, serviços e capital e ao direito de estabelecimento;

- (vi) Harmonizar as polícias nacionais de modo a promover atividades da organização, em algumas áreas em particular;
- (vii) Estabelecer um Fundo de Cooperação e de Desenvolvimento;
- (viii) Promover o rápido desenvolvimento dos Estados sem acesso ao mar, com pouco acesso ao mar, que são ilhas ou parte ilhas e/ou que pertençam à categoria de países pouco desenvolvidos;
- (ix) Garantir quaisquer outras atividades conjuntas incitadas pelos Estados-membros que visem atingir os principais objetivos da CEEAC (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA, 2016).

Para Eugénio da Costa Almeida (2011), a importância da CEEAC – que segundo o autor é um dos pilares fundamentais para a criação da Comunidade Econômica Africana (CEA) – pode ser notada na questão dos Grandes Lagos, que envolveu em conflitos alguns dos Estados-membros da organização em torno de confrontos na RDC. Nesse sentido, o autor destaca o papel preponderante que a diplomacia de Angola exerceu na resolução da questão, ao disponibilizar tropas em apoio à RDC, como já mencionado anteriormente. Ademais, o país também assinou o Pacto sobre Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos, em 2006, tentando, mais uma vez, agir em prol da segurança e da manutenção da paz na região.

Nesse ínterim, há de se mencionar que, com o passar do tempo, a CEEAC, cujo foco inicial era relacionado, principalmente, a parcerias e ao desenvolvimento econômico, iniciou um processo de abordagem de questões ligadas à defesa e à segurança da região central da África. Isso ocorreu, em parte, devido à instabilidade da região, palco de diversos conflitos no passado e às assimetrias verificadas entre os Estados-membros da organização. Como exemplos dessa iniciativa voltada à paz e à securitização da região, tem-se:

- (i) A aprovação da criação do Conselho de Paz e Segurança da África Central (COPAX), em 2002; juntamente com o Protocolo de Ligação Parlamentar da África Central, que institucionalizaram os seguintes instrumentos operacionais: Comissão de Defesa e Segurança (CDS), Mecanismo de Alerta Rápido da África Central (MARAC) e Força Multinacional para a África Central (FOMAC);
- (ii) A assinatura do Pacto de Segurança Mútua para a África Central, em 2004;
- (iii) A criação do Centro de Gestão de Conflitos, em 2006;
- (iv) A criação do Centro Regional para Segurança Marítima na África Central (CRESMAC), do Centro Multinacional de Coordenação (CMC), que atua junto às

Forças Armadas dos países coordenadores das diferentes áreas, entre eles, Angola, e do Centro Operacional da Marinha (COM);

- (v) Criação de um Código de Conduta, em 2013, com vias a evitar a pirataria na região costeira (GINGA, 2014).

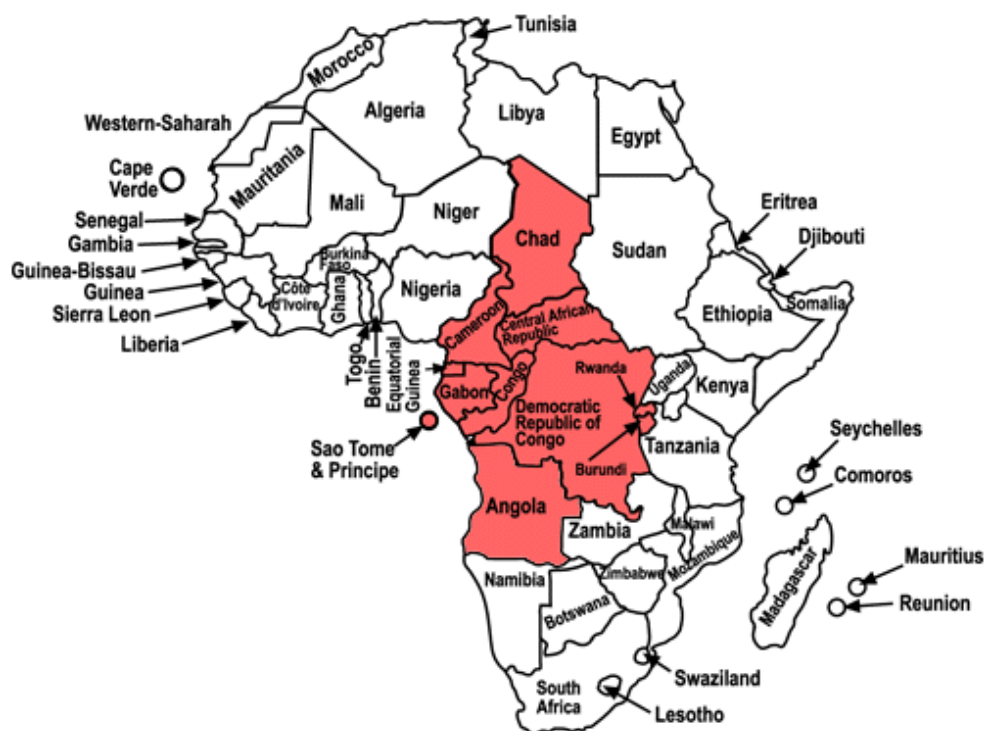
Essas motivações ligadas à segurança regional vão de encontro às capacidades e às potencialidades de Angola, cujas Forças Armadas são uma das mais fortes e bem preparadas da região, e cujos objetivos são justamente manter a paz e a estabilidade no seu entorno regional. Além disso, há de se considerar, também, a experiência angolana como país de vasta fronteira marítima como determinante para o desenvolvimento de mecanismos de cooperação de defesa do mar, visto as ameaças que a ação da pirataria pode representar para o seu desenvolvimento econômico e estabilidade interna.

Seguindo esta linha, é interessante traçar um paralelo entre as diferenças existentes na adoção da política regional de Angola na SADC e na CEEAC: como foi salientado até este momento, o país, extremamente prejudicado pelo conflito civil que vivenciou ao longo das décadas passadas, busca, nas suas interações regionais, manter a estabilidade externa a fim de evitar que conflitos ou suas consequências penetrem suas fronteiras e prejudiquem, mais uma vez, o desenvolvimento interno da sua economia e sociedade. Aliado a esse aspecto está também a sua capacidade militar significativa quando comparada com a maioria dos seus vizinhos. Como consequência, sua atuação regional é muito ativa em programas de segurança e de defesa.

Porém, enquanto que na SADC, apesar de relevantes as suas participações em projetos securitários, Angola ainda necessita de um esforço adicional para alcançar um status de liderança regional, na CEEAC este já é mais fácil de ser alcançado. Isso ocorre, principalmente, porque, a despeito da organização ter como principal fator de união o aspecto econômico, a questão securitária passou a ser um dos seus grandes enfoques. Além disso, Angola é muito reconhecida pelos Estados da região central pela sua atuação histórica e o país não possui oposição de nenhuma outra força similar ou superior em capacidades, como ocorre na SADC com a África do Sul. Desse modo, de acordo com o que salienta Almeida (2011), conclui-se que Angola passou a emergir como uma potência na África Central, e possui condições de influenciar, através da sua projeção, os Estados dessa região, destacadamente os dois Congos – dadas as relações histórico-políticas que possuem e os atuais investimentos conjuntos na exploração de petróleo na fronteira entre Angola e Congo Brazaville (SEMINÁRIO ECONÔMICO, 2015)- e São Tomé e Príncipe – tendo em vista as relações de proximidade entre os dois países em virtude de sua comum participação em outros

organismos, como a CPLP e a CGG, além dos massivos investimentos em infraestrutura que a Sonangol tem realizado em São Tomé e Príncipe, em troca de concessões na nascente exploração petrolífera existente nas ilhas (THE ECONOMIST, 2014).

Mapa 3: CEEAC



Fonte: Sibiti Corporation, 2016

4.3 Comissão do Golfo da Guiné (CGG)

O Golfo da Guiné é uma cavidade na costa ocidental africana, de cerca de 5600 quilômetros de extensão, que viabiliza o contato de países pertencentes a quase todas as sub-regiões africanas e que conta com uma grande quantidade de recursos naturais, tais quais: petróleo, gás natural, minerais e outros, o que o torna uma região geoestratégica no continente africano (ALMEIDA, 2011; KAM KAH, 2013; PEGADO, 2014). Fazem parte dessa região Angola, Benim, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Libéria, Nigéria, República Centro-Africana, República do Congo, RDC, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo, países de colonização espanhola, francesa, inglesa e portuguesa, que possuem diferenças culturais e linguísticas, ao

mesmo tempo em que compartilham deste espaço. Entre eles, Nigéria e Angola se destacam como o primeiro e segundo maiores produtores de petróleo da região, respectivamente.

Conforme os países da África passavam a vislumbrar possibilidades de desenvolvimento econômico, tendo como base interações mais fortes com países emergentes como os do BRICS crescia, também, o interesse de potências extracontinentais pelos recursos e potencialidades de algumas regiões africanas, entre elas o Golfo da Guiné. Tendo em vista a considerável disponibilidade de recursos naturais, em especial o petróleo¹⁹ offshore de ótima qualidade e a proximidade com os mercados consumidores de petróleo em relação ao Golfo Pérsico, no Oriente Médio, algumas ações foram garantidas pelos Estados da região com os objetivos de viabilizar uma governança coletiva sustentável destes recursos; e garantir a segurança do espaço regional. Como consequência, foram criados alguns organismos, como o Projeto do Grande Ecossistema Marinho do Golfo da Guiné (GOGLME) e a Comissão do Golfo da Guiné (GCC) (KAM KAH, 2013).

A Comissão do Golfo da Guiné (CGG) foi pensada, em 1999, como um órgão autônomo, sendo oficialmente instituída em 2001, na Cimeira dos Chefes de Estado, em Libreville, Gabão, dos países da região (ALMEIDA; BERNARDINO, 2013). A CGG foi idealizada objetivando a promoção da paz, da segurança e da estabilidade na região do Golfo da Guiné, objetivando o progresso e o desenvolvimento econômico, social e ambiental de seus países-membros (CHATHAM HOUSE, 2012, p. 16). Para Almeida e Bernardino (2013), a CGG é, ao assumir como seu principal papel o de mecanismo de cooperação estratégico para a segurança regional, uma alternativa para solucionar questões relacionadas com a proteção marítima. Além disso, também é responsável pela harmonização e regulamentação da exploração dos recursos naturais encontrados na região (KAM KAH, 2013). De acordo com Chatham House (2012), para que se proteja o espaço marítimo do Golfo da Guiné, é necessária a existência de uma abordagem regional que supere todas as ameaças à sua estabilidade e isso ocorreria através da conjugação de diferentes blocos regionais, como a CGG, a CEEAC, a SADC e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

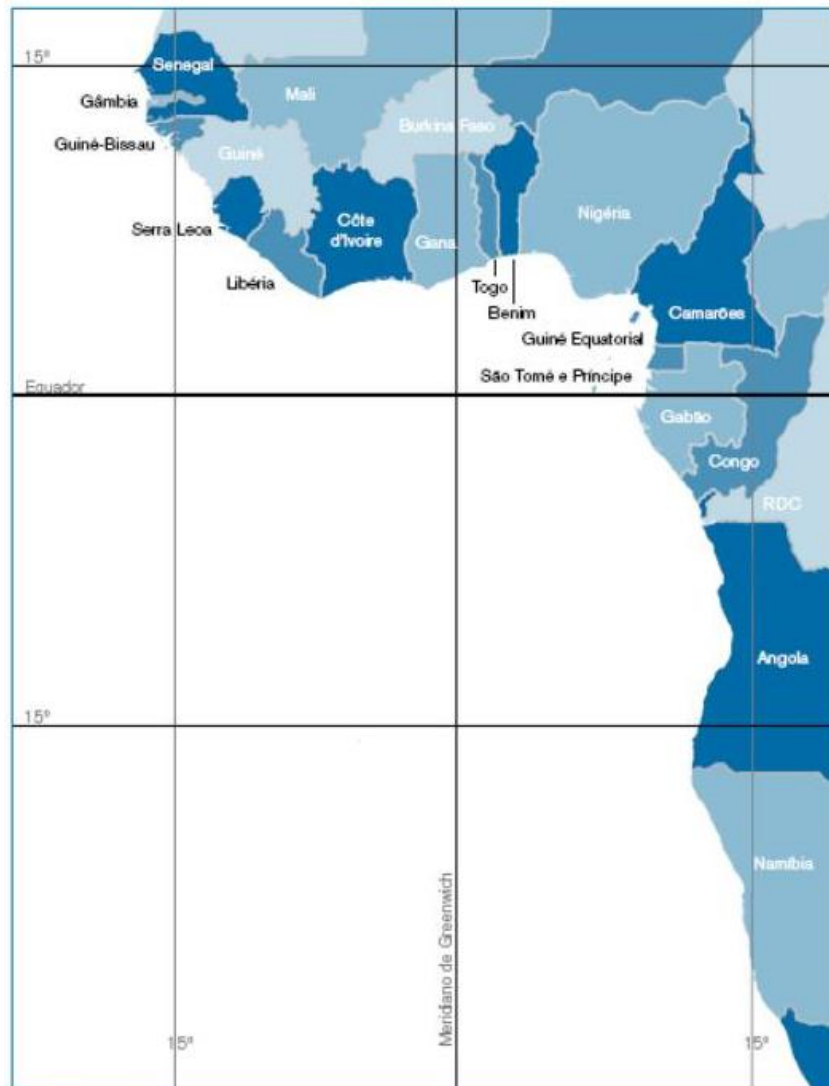
Atualmente, fazem parte da Comissão do Golfo da Guiné: Angola, Camarões, Gabão, Guiné-Equatorial, Nigéria, República do Congo, RDC e São Tomé e Príncipe (COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ, 2016). Em 2007, foi inaugurada a sede da organização em Luanda, capital de Angola.

¹⁹De acordo com Kam Kah (2013), até 2020 o Golfo da Guiné terá ultrapassado os índices do Golfo Pérsico de exploração de petróleo.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, a África foi integrada à “guerra global ao terror” liderada pelo então presidente norte-americano George W. Bush. Paralelamente, aumentavam as ameaças tanto de grupos terroristas quanto frutos da pirataria em alguns países e na costa do Golfo da Guiné (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2014). Como consequência, a ação de atores extra regionais ao continente africano, sob a justificativa de prestar auxílio nessas questões, aumentou: em 2002, por exemplo, por incentivo dos EUA, foi criada a Iniciativa Pan-Sahel (PSI), que estipulava o treinamento das forças de segurança do Chade, Mali, Mauritânia e Níger. Este projeto foi substituído, posteriormente, em 2005, pela Iniciativa de Contraterrorismo Transaariana (TSCTI), que “possuía maior cobertura geográfica, incorporando países da África setentrional (Argélia, Tunísia e Marrocos) e também do Golfo da Guiné (Nigéria, Gana e Senegal)” (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2014, p. 340). Além disso, os Estados Unidos também procuraram (e ainda procuram) intervir em questões internas de terrorismo na Nigéria, sobretudo em relação aos grupos Boko Haram e Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (MEND).

Para muitos autores, desde o início dos anos 2000, a pirataria, tradicionalmente presente no Chifre da África, na porção oriental do continente, deslocou-se, aos poucos, para a região do Golfo da Guiné, representando mais uma ameaça à ordem e estabilidade regional. Diante da debilidade das marinhas nacionais dos Estados que compõe a organização, os Estados Unidos, novamente, intervieram, dessa vez através do Comando dos Estados Unidos da América para a África (AFRICOM). Ativo desde 2008, o AFRICOM representa a presença da Marinha estadunidense no Golfo da Guiné, “especialmente por meio da realização de exercícios conjuntos e de treinamentos com as Marinhas dos países do Golfo da Guiné” (ONUOHA, 2007 *apud* OLIVEIRA; SILVEIRA, 2014). É importante mencionar, ainda, a atuação de outros países, a dizer algumas das antigas metrópoles europeias – como Inglaterra e França – no treinamento e na capacitação das forças marítimas dos Estados que compõem a região, com o intuito de combater a pirataria, ao mesmo tempo em que marcam sua presença uma vez mais na região.

Mapa 4: A região do Golfo da Guiné



Fonte: ALMEIDA;BERNARDINO, 2013.

Como consequência de todas essas ameaças existentes na região, bem como das atividades lideradas por atores externos ao continente africano, a Comissão do Golfo da Guiné passou a debater, mais profundamente a partir de 2007, questões relativas à defesa e à segurança da costa dos países. Para tanto, tomou iniciativas como a assinatura, em 2012, da Declaração de Luanda sobre a Paz e Segurança na região. Em 2013, em Yaoundé, capital de Camarões, deu-se a Cúpula de Chefes de Estados e de Governo sobre Proteção Marítima e Segurança no Golfo da Guiné em que três documentos foram aprovados: a Declaração de Chefes de Estado e de Governo da África Central e Ocidental, o Memorando de Entendimento entre a CEEAC e a CEDEAO e a Comissão do Golfo da Guiné sobre Proteção e Segurança Marítima na África Central e Ocidental, todos eles elucidando a parceria estratégica e

essencial entre os países-membros da CEEAC e da CEDEAO (ZUCATTO; BAPTISTA, 2014). Como consequência dessas iniciativas, foi criado, em 2014, o *Interregional Coordination Centre (ICC)*, que visa à implementação da Estratégia Regional para a Segurança Marítima na África Central e Ocidental em consonância com o previsto pela União Africana, CEEAC, CEDEAO e CGG. Em fevereiro de 2016, o ICC foi operacionalizado a partir da consideração de documentos previamente submetidos, em 2015 (CICAYOUNDE, 2016).

No escopo da CGG, dois países despontam como os principais líderes: Angola, país-sede da organização, e Nigéria, responsável por propor a criação da CGG. Por suas economias dependerem fortemente do petróleo explorado *offshore* no território marítimo do Golfo da Guiné, os Estados primam por manter a organização voltada à segurança regional através de diferentes mecanismos, geralmente associando suas influências nas regiões em que atuam com certa liderança (a dizer, Angola na África Central e Nigéria na África Ocidental) aos interesses que compartilham. Além destes espaços, também procuram respaldo junto a outros organismos, atuando em conjunto na União Africana e na ZOPACAS, importantes na luta pela prevenção de ameaças no continente africano e em seus territórios marítimos, além da própria ONU (Pegado, 2014).

Por ter uma política externa tão voltada às questões de segurança e defesa de seu território e de seu entorno estratégico, Angola faz sentir sua projeção política e militar na CGG através de sua ação em prol da prevenção de ameaças externas à estabilidade regional. Nesse sentido, observa-se, mais uma vez, diferenças em relação à sua atuação na SADC, pois, como no caso da CEEAC, grande parte do projeto de integração da CGG é justamente baseado naquilo que Angola prioriza como política a ser adotada e naquilo em que o país possui maiores capacidades e experiência. Além disso, apesar da existência de outra forte economia e liderança na organização, qual seja, a Nigéria, não há uma clara disputa entre os países pelo papel de líder desta organização, visto que o trabalho desempenhado pelos dois busca, de forma complementar, a atingir os objetivos principais em favor da segurança regional.

Angola, portanto, através de ações concretas, como a convocação da Conferência de Luanda sobre a Paz e a Segurança no Golfo da Guiné, no ano de 2012, a qual originou já referida Declaração de Luanda, cujos objetivos principais convergem com o ideal de promoção da paz, estabilidade e segurança regional, tendo como apoio a ação conjunta dos Estados-membros de outras organizações, como as já mencionadas anteriormente

(COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ, 2012). Como salienta o presidente Eduardo dos Santos em discurso, relatado por Pegado (2014, p. 184):

Nesta situação Angola pode desempenhar um papel de país estabilizador. A sua posição no Golfo da Guiné é de abrangência e, por isso, defende “uma conjugação de esforços mais eficaz entre os países da África Central e Ocidental, da União Africana e das Nações Unidas”.

Evidencia-se, assim, que Angola, possui um peso importante no bloco regional, fator que contribui para a sua afirmação como Potência Regional Africana em ascensão.

4.4 Outras parcerias

Além da participação de Angola em organizações regionais como as descritas anteriormente, é importante também mencionar sua atuação em outros blocos e organizações regionais/internacionais. Por isso, nessa seção será abordado o papel do país na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nos Serviços de Segurança e Inteligência da África (CISSA) e na União Africana (UA).

Com o intuito de preservar o espaço oceânico que integra seu território e tão estratégico ao seu desenvolvimento econômico, Angola, juntamente com outros países que fazem fronteira com o Oceano Atlântico Sul, fez parte da criação, em 1986, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). A iniciativa, ocorrida durante a Guerra Fria, tinha como uma de suas intenções manter a região costeira do Atlântico Sul afastada dos conflitos ideológicos do período. Além disso, buscava ensejar as relações econômicas, políticas e culturais entre todos os países que margeiam o Atlântico Sul, objetivando, especialmente, incrementar o comércio entre estes Estados (PENHA, 2011).

Após passar por algumas dificuldades relacionadas ao novo cenário internacional resultante do fim da Guerra Fria, a zona precisou, continuamente, de um esforço conjunto por parte de seus Estados-membros para continuar existindo. Em 2007, por iniciativa de Angola, deu-se a IV Reunião da ZOPACAS, em Luanda. Nesta ocasião ficou estabelecido além da revitalização da zona, importante passo na consolidação deste projeto como um instrumento significativo na política de cooperação sul-sul, que a organização seria presidida por Angola, o que ocorreu até o ano de 2013, quando o Uruguai assumiu a posição. Assim, como atesta Eli Penha (2011, p.192-193):

No documento apresentado no final da Reunião, além de revitalizar os objetivos anteriores, pleiteou-se a reforma do Conselho de Segurança da ONU para torná-lo mais representativo dos países em desenvolvimento e um regime comercial mais justo e equitativo. Nesse aspecto, os 24 países reconheceram o potencial para o comércio dentro da Zopacas e se mostram dispostos a envidar esforços para o aumento do comércio, investimentos e melhoria dos fluxos de capital entre as duas margens do Atlântico Sul. Também se sublinhou “direitos inalienáveis” na reserva de recursos para a pesquisa, produção e uso de energia nuclear para fins pacíficos. [...] A sobrevivência da Zopacas, portanto vai depender, em grande medida, da capacidade dos países ribeirinhos em formular um pensamento que contemple ambas as costas do Atlântico Sul, numa mesma dimensão estratégica, tal como foi concebida pelos próprios estadunidenses por ocasião da concepção da OTAS²⁰, ainda na década de 50.

Fazem parte, atualmente, dessa zona de cooperação países da América do Sul (Argentina, Brasil e Uruguai), África Austral (África do Sul, Angola e Namíbia), África Central (Camarões, Guiné- Equatorial, República do Congo, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe) e África Ocidental (Benim, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné- Bissau, Libéria, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo).

A ZOPACAS é, portanto, um organismo extremamente relevante para a política angolana, pois mais uma vez, representa um encontro entre os objetivos da organização com as prioridades do país de manutenção da estabilidade e segurança regionais. Além disso, pode-se dizer que a participação de Angola neste bloco complementa os trabalhos realizados no âmbito da Comissão do Golfo da Guiné, pois objetiva, também, encontrar soluções para prevenir as ameaças existentes na costa marítima ocidental africana, bem como buscar por alternativas que garantam o desenvolvimento destes países e de suas populações com base na proteção dos recursos ali disponíveis.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi oficialmente criada em 1996, após anos de negociação entre os países interessados em unir-se tendo a língua portuguesa como fator comum e posterior à criação, inclusive, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), utilizado para promover o idioma. Entre os Estados- membros fundadores da organização podem-se mencionar: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 2002, o Timor Leste integrou a Comunidade e, em 2014, a Guiné-Equatorial (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2016).

Alguns dos principais objetivos da CPLP dizem respeito à cooperação política, social, cultural e econômica entre seus países-membros, que, a despeito de não estarem conectados

²⁰Organização do Tratado do Atlântico Sul.

por uma continuidade geográfica, compartilham do idioma e, em algumas situações, de aspectos culturais similares. Segundo a própria CPLP (2016),

As ações desenvolvidas pela CPLP têm objetivos precisos e traduzem-se em diretivas concretas, voltadas para setores prioritários, como a Saúde e a Educação, a Segurança Alimentar e o Ambiente, entre outros domínios. Para tal, procura-se mobilizar interna e externamente esforços, criando novos mecanismos e dinamizando os já existentes. Nesse sentido, são utilizados não apenas recursos cedidos pelos governos dos países membros, mas também, de forma crescente, os meios disponibilizados através de parcerias com outros organismos internacionais, organizações não-governamentais, empresas e entidades privadas, interessadas no apoio ao desenvolvimento social e econômico dos países de língua portuguesa.

Além dos campos social, cultural, econômico e político, Almeida (2011) e Ginga (2014) abordam a cooperação experimentada pelos países membros da CPLP também no âmbito de defesa e de segurança. Assim, enquanto Almeida (2011) atesta que Angola atua na organização em prol da paz e segurança do mundo como um todo, ao mesmo tempo em que participa de exercícios comuns com outros países membros, Ginga (2014) especifica a atuação angolana no âmbito da defesa e segurança marítimas, essenciais à manutenção da ordem e da estabilidade das regiões que integra e do seu próprio país. Assim, compreende-se que, no âmbito da CPLP, o desenvolvimento de mecanismos que estimulem a participação e aprimoramento da defesa angolana focada na Marinha é essencial na medida em que esta categoria das FAA passa atualmente por reformas necessárias à proteção dos recursos estratégicos presentes no seu entorno regional, além de ir ao encontro da atuação angolana em outros organismos.

Ademais, todas as interações promovidas pela CPLP, possibilitam aos seus integrantes um aprimoramento nas diferentes áreas a nível bilateral e multilateral, bem como auxiliam, muitas vezes, no próprio desenvolvimento interno dos países. Para Angola, as relações advindas das parcerias estabelecidas em prol da defesa e da segurança renderam-lhe conexões importantes com o triângulo Portugal- Brasil- Angola, que passou a ser prioridade para o país. Como consequência, o entendimento com Portugal foi fomentado através do auxílio português às capacidades e infraestruturas marítimas angolanas e com o Brasil foi ainda mais estimulado (GINGA, 2014), para não mencionar as relações de auxílio e entendimento que Angola mantém com outros países africanos e lusófonos.

Almeida (2011) menciona, ainda, a presença de Angola no Comitê de Serviços de Segurança e Inteligência da África (CISSA), criada em 2004 e vinculada à União Africana. Segundo o autor, esta é uma das organizações em que mais pesa a presença de Angola, tendo o país assumido sua presidência em 2009. Os desafios do Comitê dizem respeito aos conflitos

que tendem a ameaçar a paz e a segurança do continente africano e, por consequência, dos países-membros da organização. Atualmente, a CISSA conta com a participação de 51 Serviços de Segurança e Inteligência nacionais, ou seja, quase a totalidade dos países do continente africano.

Entre os principais objetivos da CISSA estão:

- (i) Garantir a liderança em relação a assuntos de segurança e inteligência em prol da promoção da paz e estabilidade africanas;
- (ii) Coordenar estratégias que facilitem as interações entre serviços de inteligência para quando houver ameaças comuns;
- (iii) Desenvolver e consolidar mecanismos de construção de confiança entre os serviços de inteligência e de segurança;
- (iv) Garantir à União Africana informações e inteligência necessárias para a adoção de uma política e estratégica africanas para a manutenção da paz e controle, administração e prevenção de conflitos no continente;
- (v) Servir como uma plataforma de cooperação para outras organizações similares externas ao continente africano;
- (vi) Servir como um canal de conexão entre os países-membros durante possíveis crises (COMMITTEE OF INTELLIGENCE AND SECURITY SERVICES OF AFRICA, 2016).

Como pode ser observado, participar da CISSA representa, em certa medida, estimular o desenvolvimento de capacidades de inteligência voltadas à segurança nacional, regional e continental. Esse fator, é válido lembrar, converge com o papel que Angola busca exercer como uma potência africana promotora da paz e da estabilidade em seu entorno estratégico, recorrentemente associado às suas destacadas capacidades militares.

Para além disso, é necessário reforçar, também, o papel do país junto à União Africana (UA) , organismo continental criado em 2002, poucos meses depois do cessar-guerra angolano, que, sob os ideais do Pan-Africanismo, busca a construção de uma África desenvolvida e unificada, que seja capaz de solucionar seus problemas internos e projetar-se internacionalmente, mesmo diante dos entraves enfrentados pelo continente de independências recentes, abertura econômica e integração às dinâmicas da globalização.

Dessa forma, percebe-se, mais uma vez, a projeção angolana na promoção da paz e da segurança regional e continental, com a indicação do país, ainda em 2002, pela criação do Conselho de Paz e Defesa, o qual presidiu por dois anos, e cujo objetivo era coordenar forças

militares de pacificação e de manutenção de paz para territórios em situação de conflito (JOSÉ, 2011). Além disso, complementa essa atuação de Angola sua participação nas já mencionadas *Satandby Brigades* ou Brigadas de Alerta da SADC, que foram institucionalizadas a partir do Artigo 13º do Protocolo de criação do Conselho de Defesa e Paz da União Africana, que prevê sua participação em missões de paz e de segurança no continente, prevenindo e remediando situações de instabilidade (ALMEIDA, 2011).

Para Joveta José (2011), Angola é um dos expoentes da União Africana no plano continental. Nesse sentido, observa o autor que o país tem buscado seu espaço na política internacional através de sua capacidade de atuação e de influência em diferentes organismos multilaterais e regionais. Para Eugénio da Costa Almeida (2011, p.87),

Angola ganhava poder de força e capacidade negocial junto da Comunidade Internacional a que não era alheio o fato dos EUA e a Europa começarem a olhar para o País como um parceiro estratégico quer a nível econômico, nomeadamente, petróleo e diamantes, quer a nível diplomático com as sucessivas ingerências que Luanda mantinha no Golfo da Guiné e junto de alguns países limítrofes e que será reforçada com a Assinatura de Paz de Abril de 2002, que vai permitir a Angola que comece a emergir como uma potência na região austral e, extensivamente, na África Central e no Golfo (...).

Portanto, conclui-se que, apesar das debilidades em alguns dos processos de integração, e a despeito de ainda haver muitas dúvidas em relação às capacidades efetivas de influência e de projeção angolanas, Angola desponta atualmente como um forte e ativo ator nas regiões em que atua, principalmente, no que diz respeito à promoção da paz e da segurança. Além disso, tem-se, nas suas capacidades econômicas e militares, fatores essenciais para que sua zona de influência cresça cada vez mais e o Estado seja reconhecido, regional, continental e internacionalmente, como um Estado-chave no processo do renascimento das economias africanas e no seu próprio, como uma Potência Regional Africana a ser considerada desde já.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, procurou-se investigar se Angola possui as condições necessárias para ser considerada uma Potência Regional Africana, apesar de muitas vezes ser esquecida ou ignorada por analistas quando estudam a África e suas dinâmicas. Nesse sentido, partiu-se de algumas ideias da teoria neorrealista de Relações Internacionais, que investiga nas capacidades materiais dos Estados suas condições de projeção, e em outras vertentes teóricas, que valorizam o comportamento dos países nos níveis regional e global, para cumprir com o objetivo principal.

Assim, percebe-se, em um primeiro momento, a análise das diferentes linhas teóricas de Relações Internacionais para o conceito de Potência. Deste estudo, conclui-se que, a despeito de existirem várias vertentes na disciplina, em geral elas partem do pressuposto de que os Estados - e suas estruturas, relações e dinâmicas-, obedecem a um mesmo padrão: o do Estado europeu.

Como consequência, fez-se necessário avaliar as distintas características dos países que vivenciaram em seu passado a dominação colonial e, por sua vez, sofreram a imposição dos valores e ideais propagados pelos seus colonizadores. Desta avaliação, além de se concluir que o Estado – e especificamente, o africano - no mundo colonizado, embora muito influenciado pelo suposto caráter civilizatório dos europeus, adquiriu características muito próprias, refletidas nas suas sociedades e nas próprias interações regionais que estabelecem uns com os outros, merece ser compreendido por essas particularidades. Assim, sugeriu-se, como alternativa à padronização existente, a adequação do conceito de Potência Regional para Potência Regional Africana, respeitando os critérios já utilizados pelas teorias tradicionais, ao mesmo tempo em que os flexibiliza para a realidade africana, distinta, de diferentes formas, da europeia.

Em um segundo momento, portanto, buscou-se investigar propriamente as capacidades materiais – e em certa medida comportamentais – de Angola para que este país pudesse se enquadrar no conceito de Potência Regional Africana sugerido. Nesse sentido, analisaram-se de imediato as capacidades relacionadas à localização privilegiada e estratégica de Angola, com vasta costa para o Atlântico Sul e que garante ao país uma grande quantidade de recursos naturais, entre eles o petróleo, principal fonte de renda ao Estado e grande dinamizador da economia angolana. Posteriormente destacou-se, também, a atuação da Sonangol, empresa estatal petrolífera de Angola.

No que tange suas Políticas Interna e Externa, Angola busca, prioritariamente, a manutenção da ordem interna após os anos de conflito civil que devastaram e comprometeram a estrutura e a economia do país. Dessa forma, apesar dos grandes lucros advindos da exportação do petróleo, tem buscado diversificar sua economia para não depender tão fortemente de um setor tão instável e dependente do sistema financeiro internacional, que, da mesma forma que estimula o crescimento do PIB, também pode comprometê-lo. Além disso, o governo criou medidas de caráter social, a fim de estimular não apenas o desenvolvimento econômico do país, mas também ensejar um melhoramento das condições de vida de sua população.

No que diz respeito às suas relações internacionais, percebe-se, a presença notável de Angola nos principais grupos regionais que integra, como a SADC, a CEEAC e a CGG. Estes organismos, relevantes para a projeção angolana, surgiram a partir de necessidades prioritárias distintas – políticas, econômicas e/ou estabilidade, segurança e defesa – e hoje se constituem como fortes articuladores da política africana, considerados fortemente não apenas no continente, mas também por outros organismos e atores extracontinentais. Mais uma vez, percebe-se a atuação de Angola focada, sobretudo, na busca por segurança, paz e estabilidade, atitude coerente com a sua Política Interna.

Para além destes organismos, reforçam-se as parcerias de Angola com outros países e organizações como os BRICS, os EUA, a Zopacas e a CPLP. Destaca-se, também, sua atuação na União Africana e órgãos a ela vinculados, como a CISSA. De todas essas relações, depende-se que o país prioriza manter relações com países determinados e compreende as novas ameaças globais que atingem fortemente a África como fatores a serem encarados, antes de individual, coletivamente.

Neste momento, é interessante observar as diferenças existentes na atuação de Angola nos organismos de que faz parte. Assim, nota-se que, enquanto que na grande maioria dos casos sua ação como promotora e defensora de projetos que visem à segurança e à estabilidade continental, regional e interna converge com os interesses das organizações – marcadamente a CEEAC, a CGG e a ZOPACAS – este fato não é verificado na SADC, em que esforços adicionais deverão ser realizados para que Angola ascenda de fato como líder regional. Concomitantemente, observa-se que é justamente na SADC que Angola encontra seu principal rival, a África do Sul, cuja projeção e influência na região já está consolidada e da qual muitos Estados vizinhos dependem economicamente. Esse tipo de relação antagônica não é tão presente nos demais espaços, em que Angola realmente desponta se não como a

principal liderança, como uma das. Conclui-se, portanto, que o desafio regional mais problemático à ascensão do país como Potência Regional Africana se dá na África Austral.

Além dessas discussões, abordaram-se, também, as capacidades militares do país, que, desde a época da luta pela independência angolana, se fazem notar interna e regionalmente como uma das mais fortes Forças Armadas Nacionais do continente africano. Observou-se, no entanto, a necessidade e o esforço atuais existentes por reformas e modernização nas FAA, a fim de prepará-las cada vez mais para enfrentar as novas ameaças do mundo globalizado. Nesse ínterim, vale a pena ressaltar a atuação militar de Angola junto às organizações regionais que integra, geralmente associada, mais uma vez, à sua prioridade de política externa, qual seja, de manter a ordem e a estabilidade regional através da promoção da paz e da segurança.

Por todas essas razões, conclui-se que, desde o fim da Guerra Civil de Angola, em 2002, o país tem adquirido e reforçado algumas capacidades que a possibilitam atuar como Potência Regional Africana. Assim, verificam-se na elevada taxa de crescimento da sua economia, na modernização e capacitação de suas Forças Armadas e, principalmente, na influência que exerce no continente africano através de sua atuação regional, fatores determinantes para que o país se destaque e vislumbre, para o futuro, a consolidação de seu papel emergente atual.

Este trabalho possibilita, portanto, como agenda de pesquisa futura, um aprofundamento do estudo a respeito da atuação e evolução de Angola no âmbito da África Austral, diante de suas limitações e desafios, bem como um acompanhamento mais detalhado do papel desempenhado pelo país na África Central e no espaço do Golfo da Guiné, tendo em vista, principalmente, a integração existente entre essas duas regiões no escopo da CGG. Além disso, permite também um estudo mais aprofundado no âmbito teórico das Relações Internacionais, ao buscar, nas particularidades das dinâmicas do continente africano, uma nova forma de integrá-lo a conceitos já definidos e de certa forma consolidados, expandindo-os para diferentes processos e realidades. Por fim, possibilita, também, a investigação das relações de cooperação existentes entre Angola e os países do BRICS, suas evoluções e principais desafios.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, M. E. A. **África Subsahariana: Sistema capitalista y relaciones internacionales**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011.

ADESINA, A. A; CLARK, H.; GURRÍA, A. (Ed.). Sustainable Cities and Structural Transformation. **African Economic Outlook**, 2016.

AFRICAN UNION. **Economic Community of Central African States (ECCAS): History and Background**, 2016.

ALMEIDA, E. C. **Angola: Potência Regional em Emergência**. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

ALMEIDA, E.C; BERNARDINO, L. M. B. A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica. **Revista Militar**, Montevideu, nº 2532 - Janeiro de 2013, p 43 - 61.

ALVES, C. A. J. **Política Externa Angola em Tempo de Paz: Colonialismo e Pós-Colonialismo**. Tese (Doutorado) – Especialidade em História e Relações Internacionais, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

ANGOLANEMBASSY. **Angola Diplomatic Mission to South Africa: Bilateral Cooperation**, 2016.

BERNARDINO, L. M. B. O Novo Paradigma de Segurança na África: a Estratégia Securitária Regional Angolana. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, nº1, 2015.

BRUCAN, S. **La Disolución del Poder**. Barcelona,: Siglo XXI, 1974.

BUZAN, B.; WAEVER, O. **Regions and Powers: the Structure of International Security**. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 2003.

CASTELLANO DA SILVA, I. Southern Africa Regional Security Complex: the Emergence of Bipolarity? **Occasional paper**, nº 15, 2012. Pretoria, Africa Institute of South Africa, 2012.

_____. **Política Externa na África Austral: Causas nas Mudanças de Padrão de Cooperação e Conflito (1975-2015)**. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CASTELLANO DA SILVA, I; BRANCHER, P. T. L. O Futuro da África Austral: Consequências da Expansão das Fronteiras Regionais e da Bipolaridade. **Coleção Meira Mattos**, Rio Janeiro, vol.9, nº34, p. 33-49, jan./abr. 2015.

CHAZAN, N. et al. **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner, 1999.

CHAPTHAM HOUSE. **Angola and the Gulf of Guinea: Towards an Integrated Maritime Strategy**. Chatham House, 2012.

CIA WORLD FACTBOOK. **Countries:** Angola, 2016.

CICAYOUNDE. **Regional Maritime Strategies**, 2016.

COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ. **Declaração de Luanda sobre Paz e Segurança no Golfo da Guiné**, 2012.

COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ. **A Comissão do Golfo da Guiné**, 2016.

COMMITTEE OF INTELLIGENCE AND SECURITY SERVICES OF AFRICA. **About CISSA: Objectives**, 2016.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). **Histórico:** Como surgiu? 2016. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2752.aspx>> Acesso em 24 out. 2016
ENDIAMA. **Quem Somos:** A Empresa, 2016.

DOS SANTOS, E. J. **Objectivos e actuação pragmática de Angola dentro da SADC.** Dissertação (Mestrado) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2014.

FILHO, A. G ; CHIMBULO, A. E. S. Política Económica de Angola de 1975 a 2012: A Trajetória da Mudança de Modelos. **Revista de Desenvolvimento Económico**, nº29, Salvador, 2014.

FLEMES, D. **Conceptualising Regional Power in International Relations:** Lessons from the South African Case. German Institute Of Global And Area Studies (GIGA), Hamburgo, jun. 2007.

GINGA, D. F. C. **Angola e a Complementariedade do Mar:** O Mar enquanto Fator Estratégico de Segurança, Defesa e Afirmação. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Políticas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014.

GRILO, A. M. M. **A Geopolítica de Angola:** Dinâmicas de Afirmação num Quadro Regional. Trabalho de Investigação Final do Curso de Estado Maior, Lisboa, 2009.

INDEXMUNDI. **Countries:** Angola, 2016.

ITAMARATY. **Ministério das Relações Exteriores:** República de Angola, 2016.

JOSÉ, J. **A política externa de Angola:** Novos regionalismos e Relações bilaterais com o Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

KAM KAH, H. Governança de recursos, conflito e insegurança no Golfo da Guiné no século XXI. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 8, n. 15, p.165-191, 2012.

KARIM, O. S. **As Etapas Históricas e o Potencial da Economia Angolana.** In: ABRANTES, J. M (Org.). **Angola em paz:** novos desafios. Luanda: Edições Maianga, 2005, p. 14-183.

KEOHANE, R. Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organization**, vol 23, nº2, 1969.

KIALA, C; NGWENYA, N. Angola's Strategic Cooperation with the BRIC Countries. **South African Foreign Policy and African Drivers Programme**. Occasional Paper nº 85, 2011.

MALAQUIAS, A. **Angola's Foreign Policy: Pragmatic Recalibrations**. Occasional Paper, Johannesburg, SAIIA, 2011.

NGAMNTWINI, U. Cooperation and Competition in Angola-South African Relations. **Stratfort**, Dez. 2010.

NOLTE, D. How to Compare Regional Powers: Analytical Concepts and Research Topics. **Review Of International Studies**, Cambridge, p. 881-901, 2010.

OLIVEIRA, R. S. Business success, Angola-Style: Postcolonial Politics and the Rise of Sonangol. **The Journal Of Modern African Studies**, Cambridge, v. 45, n. 4, p.595-619, dez. 2007.

OLIVEIRA, G. Z; SILVEIRA. I. L. da. A Questão Securitária no Golfo da Guiné: Identificação de Ameaças e Implicâncias para o Atlântico Sul. **Revista Escola Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 331 – 352, jul./dez. 2014.

ONUOHA, Freedom C. Piracy and Maritime Security in the Gulf of Guinea: Nigeria as a Microcosm. **Al Jazeera Centre for Studies Report**, 2012, 12 p.

PEGADO, A. M. S. P. **Angola como Potência Regional Emergente: Análise dos Fatores Estratégicos (2002-2012)**. Tese (Doutorado) – Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2014.

PENHA. Eli Alves. **Relações Brasil-África e a Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

ROCHA, A. **As Perspectivas de Crescimento de Angola até 2020**. Working Paper nº2, Luanda, Centro de Estudos e Investigação Científica: Universidade Católica de Angola, 2014.

SAMIR, A. O Desenvolvimento do Capitalismo na África Negra. **Economía y Ciencias Sociales**, nº2, 1968.

SEMINÁRIO ECONÔMICO. Angola e Congo Brazzaville iniciam produção de petróleo no campo de Lianzi, 2015. Disponível em: <http://semanarioeconomico.co.ao/angola-e-congo-brazzaville-iniciam-producao-de-petroleo-no-campo-de-lianzi/>. Acesso em: 19 nov. 2016.

SENNES, Ricardo Ubiraci. **As mudanças na política externa brasileira de 1980: Uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SIBITI CORPORATION. **Partners Market Vision**. Disponível em: <http://www.sibiticorp.com/partners-vision> Acesso em 24 out. 2016.

SOARES LIMA, M. R. **The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu** – Dissertação de Doutorado, Vanderbilt University, Nashville, 1986.

SÖDERBAUM, F., GRANT, A. **The New Regionalism in Africa**. Aldershot: Ashgate, 2003.

SONANGOL. **A Sonangol EP: A Nossa História**, 2016.

SOMMERVILLE, K. **Angola: Politics, Economics and Society**. London, Pinter Publishers: 1989.

THE ECONOMIST. Angola increases its footprint in São Tomé and Príncipe, 2014. Disponível em: <<http://country.eiu.com/article.aspx?articleid=1882178172&Country=S%C3%A3o%20Tom%C3%A9%20and%20Pr%C3%ADncipe&topic=Politics&subtopic=Forecast&subsubtopic=International+relations&u=1&pid=714682455&oid=714682455&uid=1>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

THE OBSERVATORY ECONOMIC COMPLEX. **Countries: Angola**, 2016.

TRADING ECONOMICS. **Angola**, 2016.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA, 2016. **Regional Economic Communities: ECCAS- Economic Community of Central African States**. 2016.

VISENTINI, P. G.F; RIBEIRO, L. D.T; PEREIRA, A. D; **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VISENTINI, P. F. **A África na Política Internacional: O Sistema Interafricano e sua Inserção Mundial**. Curitiba: Juruá, 2011.

VISENTINI, P. F. et al. **África e as Potências Emergentes: nova partilha ou cooperação sul-sul?** Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VISENTINI, P. F. As Relações Brasil- Angola: Pivô da Diplomacia Africana. **Anais Eletrônicos do 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**. 2015.

WORLD BANK. **Angola: Data**, 2016.

ZUCATTO, G. E; BAPTISTA, M. Pirataria no Golfo da Guiné. **UFRGSMUN 2014: Question Old Structures. Forge the Future**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.531-566, 2014.